

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

PREVENÇÃO: UM CAMINHO POSSÍVEL AO ENFRENTAMENTO  
DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES

*Rosana Cristina Dias Aragão*

Defendido em  
02/05/02

  
Prof. Krystyna Matys Costa  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

Florianópolis (SC), ABRIL DE 2002

Rosana Cristina Dias Aragão

PREVENÇÃO:

UM CAMINHO POSSÍVEL AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado para o Departamento  
de Serviço Social da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina, para a obtenção do  
título de Assistente Social,  
orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Marli  
Palma.

Florianópolis (SC), ABRIL de 2002.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**PREVENÇÃO: UM CAMINHO POSSÍVEL AO ENFRENTAMENTO DA  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

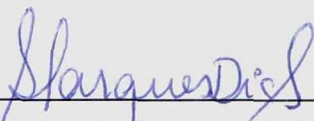
**Rosana Cristina Dias Aragão**

O presente Trabalho de Conclusão  
de Curso foi aprovado como  
requisito para a obtenção do grau  
de Bacharel em Serviço Social.

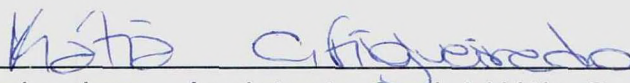
**BANCA EXAMINADORA**



Presidente da Banca - Prof<sup>a</sup>. Dra. Marli Palma



1<sup>a</sup> Examinadora - Assistente Social Salette Laurici Marques Dias



2<sup>a</sup> Examinadora - Assistente Social Kátia Carvalho Figueiredo

Florianópolis (SC), ABRIL de 2002

## **DEDICATÓRIA**

*À todas as famílias que lutam contra os monstros do medo, da culpa, do orgulho e do egoísmo, com o propósito de encontrar e manter o equilíbrio nas relações intrafamiliares.*

*Em especial à minha família: à mãe, Celsemira, ao meu marido, Fernando e aos meus amados filhos, Milena e Daniel, que trilhando juntos o caminho da prevenção, são a prova real de que transformações de hábitos e costumes, tecidas em uníssono com o coração, fazem ecoar os sinos do perdão, da harmonia interiorizada e da paz em família.*

*À todas as pessoas que buscam soluções novas para velhos problemas, sem que tenham de fugir de si mesmas.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus e às Forças Positivas do Universo, por terem me ajudado a trilhar este caminho, sempre amparando-me com as flores da fé, da esperança da amizade e do amor.

Aos mentores do Curso de Serviço Social, que ao longo de sua trajetória abriram espaço para que eu pudesse sonhar com dias melhores.

À Professora Marli Palma, por sua sutileza no orientar, permitindo-me criar, errar, melhorar e progredir.

Às equipes técnicas dos Projetos Mel e Acorde, na pessoa da assistente social Kátia Figueiredo, por terem permitido que eu desenvolvesse o sentimento de pertença pelo Serviço Social, propiciando minha a interação com práxis profissional.

À minha orientadora de campo, Salete, que com seu "Doce-Mel" jeito de ser, mostrou-me a porta da sabedoria, do equilíbrio e da aceitação, para que eu pudesse caminhar melhor no palco da vida.

À assistente social Lilian Kelly, por ter contribuído para a potencialização de minha auto-estima, acreditando na minha capacidade de realizar.

Aos colegas de turma, em especial às alunas Adriana Pires, Ângela Chede e Rejane Silveira, por terem participado ativamente de minha trajetória, transformando-se em minhas grandes amigas.

Aos amigos que me apoiaram durante toda a graduação, em especial aos Psicólogos Ângela e Amaury, por contribuírem com a orientação da abordagem psicológica do trabalho.

À todas as crianças e adolescentes que me aceitaram em suas vidas e, neste breve espaço de tempo, ensinaram-me que a revolta nada mais é do que um clamar intenso por uma vida repleta de afetos positivos

## **Uma mensagem ... de amor, fé e esperança !!!**

*"A vida é assim, quem ama sofre, quem sofre sente,  
quem sente luta e quem luta  
**VENCE.***

*A vida só é vivida quando está envolvida com a  
vida de outra*

### **VIDA.**

*A vida é assim, quem eu amo não me ama e quem  
me ama sofre por mim.*

*A vida é igual um compasso, só que a diferença é  
que com o compasso você faz o círculo que quiser:  
060°, etc*

*E a vida você só tem duas circunstâncias Você faz  
sua escolha.*

*Eu já fiz a minha*

**BOM**

**RUIM**



**AHNIM**

(CT - 12 anos - adolescente que conhecemos nos estabelecimentos da Cidade da Criança, em Florianópolis/SC. A cópia do texto original encontra-se em anexo)



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I - O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	13
1 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DENTRE TANTAS VIOLÊNCIAS.....	13
2 AS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	17
2.1 VIOLÊNCIA FÍSICA.....	17
2.2 VIOLÊNCIA SEXUAL.....	19
2.3 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA.....	20
2.4 NEGLIGÊNCIA.....	22
CAPÍTULO II - PREVENÇÃO: UMA LINHA DE POLÍTICA SOCIAL.....	26
1 A PREVENÇÃO E A LEI Nº8.069/90.....	26
2 OS TRÊS NÍVEIS DE PREVENÇÃO.....	30
2.1 PREVENÇÃO PRIMÁRIA.....	30
2.2 PREVENÇÃO SECUNDÁRIA.....	32
2.3 PREVENÇÃO TERCIÁRIA.....	33

<b>3</b>	<b>PROGRAMA SENTINELA: TRAÇANDO DIRETRIZES PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA.....</b>	<b>34</b>
	<b>CAPÍTULO III - O FAZER PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>37</b>
<b>1</b>	<b>PROJETO MEL: OPERACIONALIZANDO AÇÕES DE PREVENÇÃO.....</b>	<b>37</b>
<b>1.1</b>	<b>O SUB-PROJETO: AGENTES DA INFÂNCIA.....</b>	<b>41</b>
<b>1.1.1</b>	<b>Trabalhando com levantamento de dados: o questionário de avaliação da capacitação dos agentes comunitários.....</b>	<b>43</b>
<b>1.2</b>	<b>PALESTRANDO: UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA DE PREVENÇÃO NO NÍVEL PRIMÁRIO.....</b>	<b>49</b>
<b>1.2.1</b>	<b>Falar sobre negligência: um momento de reflexão.....</b>	<b>51</b>
<b>1.2.2</b>	<b>A construção da metodologia.....</b>	<b>53</b>
<b>1.2.2.1</b>	<b>Um encontro com a Creche: o peso da responsabilidade.....</b>	<b>53</b>
<b>1.2.2.2</b>	<b>Dialogando sobre a metodologia com a assistente social Lilian.....</b>	<b>55</b>
<b>1.2.2.3</b>	<b>Construindo instrumentais teórico e ilustrativo.....</b>	<b>56</b>
<b>1.2.2.3.1</b>	<b>Preparando a teoria.....</b>	<b>57</b>
<b>1.2.2.3.2</b>	<b>Preparando material ilustrativo e lembrete.....</b>	<b>65</b>
<b>1.2.3</b>	<b>Avaliando a palestra: o impacto imediato da palestra sobre os participantes na visão do palestrante.....</b>	<b>71</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
	<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>82</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>88</b>



## INTRODUÇÃO

O trabalho que ora apresentamos é fruto da experiência - vivenciada e apreendida - no decorrer do Estágio Curricular Obrigatório, que foi realizado, junto ao *Projeto Mel - Prevenindo e Combatendo a Violência para Resgatar a Doçura da Infância*, durante o primeiro semestre do ano de 2001.

O Projeto Mel é uma estratégia de ação que vem sendo implementada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, em decorrência da implantação, pelo Governo Federal, da Política de combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, denominada de Programa Sentinela, que traz em seu conteúdo uma linha de atuação no campo da **Prevenção**.

Este Projeto tem como objetivo estar intervindo na sociedade através de ações que contemplam os níveis **primário** e **secundário** da estratégia de Prevenção à Violência contra Crianças e Adolescentes tanto em relação à **Violência Doméstica**<sup>1</sup>, quanto agressões acometidas por terceiros no contexto do cotidiano social, sobre os quais estaremos discorrendo nos Capítulos I e II.

Neste sentido, as ações que vêm sendo implementadas pelo Projeto Mel tem o intuito de detectar, reduzir e eliminar certos fatores que

---

<sup>1</sup> A denominação VIOÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES é utilizada por Viviane Guerra e compreende toda e qualquer violência praticada não só pelos pais, mas também por qualquer membro da família ou responsável direto (tutor; detentor de guarda) ou indireto (amigo íntimo).



se apresentem como riscos iminentes à promoção da violência contra crianças e adolescentes.

A experiência de estágio aflorou o desejo de mostrar à sociedade em geral - em especial ao mundo científico-acadêmico - a importância da Prevenção na construção de um viver melhor, a partir de uma percepção de totalidade da realidade.

Assim, soluções para problemas que envolvam situações de violência, por exemplo, requerem uma evolução em nossas percepções, em nossos pensamentos e em nossos valores.

Neste sentido, situações de abandono e "negligência", abuso e exploração sexual, traumas psicológicos, entre outros problemas vivenciados no estágio, fizeram com que aprendêssemos a modificar nossa forma de olhar a vida; as pessoas que caminham ao nosso lado; os companheiros de jornada e, especialmente, os atores sociais que vêm empregando técnicas diversas e sentimentos complexos, no aprimoramento de redes de relações mais favoráveis à constituição de um ser humano em plenitude.

Sabemos que vários setores da sociedade vêm trabalhando suas questões a partir da Prevenção. No entanto, percebemos na implementação da estratégia de **Prevenção ao fenômeno Violência Doméstica**, uma atuação mais abrangente, haja vista a complexidade que permeia o contexto familiar.

Por conseguinte, trabalhar com Prevenção à Violência Doméstica significa estar atuando com vários temas - como AIDS e DST, meio-ambiente, uso de drogas e álcool, gravidez na adolescência, entre outros - que são elementos que influenciam no surgimento deste fenômeno. Esta forma de atuação possibilita uma intervenção completa junto à família e conseqüentemente, à sociedade.

Assim, compreendemos esta estratégia de Prevenção, por um lado como um trabalho de extrema importância e essencial à formação de crianças e adolescentes enquanto cidadãos; na capacitação de



profissionais e, ainda, junto aos atores sociais que lidam diretamente com situações de violência. Por outro lado, esta estratégia torna-se um veículo educacional e informativo, para a população em geral, quando aplicado através de instrumentos como palestras, *workshop*, mídia, entre outros.

Percebemos que o fazer do Serviço Social no enfrentamento à Violência Doméstica a partir da estratégia de Prevenção é um exercício complexo, pois implica estar lidando com pessoas que pensam de forma diferente, pois criaram uma cultura própria, ou seja, possuem uma diversidade cultural, independentemente de morarem na mesma cidade. Significa estar aberto para conhecer e compreender culturas e sujeitos provenientes de espaços geográficos e sociais dos mais diferenciados.

Neste contexto, pudemos apreender, no transcurso de nosso estágio, que ser Assistente Social não é ter uma formação concluída, mas sim vivenciar um processo em constante construção, justamente por estar sempre envolvido com a problemática humana.

A convivência com as Assistentes Sociais do Projeto Mel, bem como com o grupo de técnicos do Projeto Acorde<sup>2</sup>, acrescentou ao nosso conhecimento teórico uma visão exponencial do que seja fazer Serviço Social dentro das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

O tema Prevenção, fez com que expandíssemos a nossa capacidade de observação e reflexão, já que, nesta particularidade, prevenir exige conhecimento específico, percepção crítica e sensível em relação à realidade apresentada, e ação pontual imediata.

Sendo assim, o presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo apresentar uma estratégia de ação que possibilitará, a médio e longo prazos, a redução continuada do fenômeno da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes: a **Prevenção**.

Através da **Prevenção** pretende-se possibilitar um novo modo de pensar em relação aos cuidados com crianças e adolescentes de maneira

---

<sup>2</sup> O Projeto Acorde está incluído no Programa Sentinela, que está detalhado no Capítulo II deste trabalho.



que cada indivíduo perceba-se como parte integrante desse processo de conscientização. A **Prevenção** é um trabalho executado de forma a criar luz nas consciências, posto que se utiliza de uma metodologia própria que exige um conhecimento especializado sobre o fenômeno da **Violência Doméstica** e seus tipos de manifestação: física, psicológica, sexual e negligência. Este fenômeno ocorre no contexto da família, podendo ser praticado tanto pelos pais, quanto por irmãos, padrastos, madrastas e outros familiares que estejam exercendo o pátrio poder, a guarda ou sejam responsáveis pela criança ou adolescente.

A **Prevenção** traz em si o sentido da responsabilidade, não somente em garantir que crianças e adolescentes cresçam junto de suas famílias, num ambiente de afetos positivos, descobrindo seus limites e possibilidades, mas também, construir, para as próximas gerações, estatísticas que apontem para um quadro de acertos e benefícios capazes de tornar nossa sociedade mais justa e sem violência.

Este trabalho pretende demonstrar que trabalhar com **Prevenção à Violência Doméstica** é atuar junto à sociedade de forma contextual, percebendo o indivíduo no seu todo; ou seja, no contexto da família, das redes de relações de passado e presente, do ambiente físico social.

Diante disso, para que consigamos explicar com maior clareza o significado do título: **Prevenção: um caminho possível ao enfrentamento da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes**, dividimos nosso trabalho da seguinte forma: no Capítulo I estaremos percorrendo sobre o objeto de ação que é o fenômeno da Violência Doméstica, com suas manifestações e conseqüências; no Capítulo II, trataremos do tema Prevenção como uma linha de política social, situada na atenção direta, pontuando os três níveis de atuação da Prevenção e forma de operacionalização em nível de Programa e Projeto; finalmente, no terceiro Capítulo, retrataremos o fazer do Serviço Social na perspectiva da Prevenção, citando a atuação sócio-educativa do Projeto Mel e enfocando experiências vivenciadas no âmbito grupal e coletivo: o

Sub-Projeto Agentes da Infância e a Palestra para pais na Creche Dona Cota.

Através deste caminhar, ousamos sonhar com um viver mais feliz e harmonioso, em que a equidade e a justiça social possam se fazer presentes.



## **CAPÍTULO I**

### **O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

#### **1 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DENTRE TANTAS VIOLÊNCIAS**

O tema violência é abrangente, complexo, e muitas vezes de difícil compreensão. Está envolto por diferentes concepções de mundo o que nos permite tecer considerações sobre violência no imbricamento de diversificadas situações como a de violência no trânsito, violência urbana, violência policial, violência nos presídios, violência nas relações de trabalho; ou seja, violência em suas múltiplas formas de expressão dentre as quais nos deparamos com a Violência Doméstica.

GALTUNG apud Figueiredo (1996, p.13), em sua busca de compreensão sobre o tema, diz que "a violência está presente quando seres humanos são influenciados de tal modo que a sua realização atual, somática e mental é inferior à sua realização potencial". Em outras palavras, há violência quando são suprimidos, omitidos ou eliminados os meios pelos quais seres humanos podem desenvolver e realizar suas potencialidades.

Ainda, segundo Galtung apud Teixeira (1996 p.14),

O nível potencial de realização consiste no que é possível em função de um determinado nível de conhecimentos e de recursos. Se os conhecimentos, ou os recursos, ou ambos são monopolizados por um grupo ou por uma classe, ou se são utilizados para outros fins, então o nível atual cai abaixo do nível potencial e a violência está presente no sistema

A partir deste conceito mais amplo, o autor estabelece seis dimensões fundamentais de violência: 1) violência física e psicológica; 2) violência negativa e positiva; 3) violência com ou sem objeto ferido; 4) violência pessoal (com um sujeito explícito) e violência estrutural (sem sujeito que a pratica); 5) violência intencional e não-intencional; e 6) violência manifesta e violência latente. Dentre todas estas dimensões, chamou-nos a atenção o conceito atribuído à violência estrutural ou indireta e à violência pessoal ou direta, por respaldarem à categoria de violência que nos propomos a estudar.

Assim, Galtung apud Teixeira (1996), refere-se à violência estrutural como sendo o grande vilão de causas de violências, onde se expressa a retirada, diminuição ou omissão dos direitos de cidadania já constituídos na acepção formal, a exemplo dos direitos à educação, à saúde, ao lazer, à liberdade e à moradia, sem que se consiga apontar um culpado concreto, já que sua construção faz parte de um processo histórico-cultural, manifestando-se como desigualdade de poder. Quanto à violência pessoal ou direta, Galtung aponta a existência de um sujeito (agressor) que exerce uma ação contra outro (vítima), podendo acarretar de lesões leves até a morte.

O autor acrescenta, ainda, que muito embora a violência pessoal seja uma das formas de violência mais pesquisada e perseguida pela mídia, é na violência estrutural que encontramos os maiores índices de crueldade se levarmos em conta os danos materiais e psicológicos causados aos seres humanos.



Conjugando pensamento semelhante, Maria Tereza Maldonado conceitua a violência estrutural dizendo que:

*Violência estrutural refere-se às condições adversas e injustas da sociedade para com a parcela mais desfavorecida de sua população. Ela se expressa pelo quadro de miséria, má distribuição de renda (salário mínimo que não cobre as necessidades básicas), exploração dos trabalhadores, crianças nas ruas (mendigando, roubando, trabalhando indevidamente, prostituindo-se), falta de condições mínimas para a vida digna (moradia, alimentos, saneamento básico, etc.), falta de assistência em educação e saúde. (MALDONADO, 1997, p.09)*

No tocante à prática da violência de uma forma geral, a mesma autora afirma que a violência se processa por meio do uso de palavras ou ações que machucam as pessoas, do uso abusivo ou injusto do poder e, também, da força que venha a resultar em ferimentos, sofrimento, tortura ou morte.

Por fim, em "Enciclopédia e Dicionário Ilustrado", dirigido e supervisionado por Koogan e Houaiss o vocábulo **violência** é definido da seguinte forma:

*"s.f. Qualidade ou caráter de violento. / Ação violenta: cometer violências. / Ato ou efeito de violentar. / Opressão, tirania: regime de violência. / Jur. Constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém." (Koogan; Houaiss, 1993, p.881)*

Neste sentido, percebemos a **Violência Doméstica** como uma modulação do tema violência cuja ocorrência da ação situa-se no âmbito da família, imbricada, muitas vezes, no contexto da violência estrutural e pessoal.

Entretanto, justamente por ocorrer em espaço considerado privado, demorou muito tempo para ser reconhecida e assumida como uma questão social, ou seja, tornar-se um ponto de enfrentamento com o objetivo de transformá-la em demanda política, nos dizeres de Ana Cristina Arcoverde (1999).



Ainda sobre a questão social, a autora esclarece que:

(...) a questão social é construída e reconstruída nos marcos da determinação, da organização da sociedade de referência onde se encontram implicados - a nação, o Estado, a cidadania, o trabalho e, por que não dizer, o gênero - devendo ser considerada criticamente seja para conferir continuidades, seja para provocar mudanças na e da própria sociedade.(ARCOVERDE, 1999, p. 78)

Quase vinte anos após a publicização da violência doméstica contra mulheres (anos 60), vem à tona os maus-tratos cometidos contra crianças e adolescentes (anos 80), no âmbito da sociedade; sendo particularizada somente nos anos 90, sob a forma de **Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes**, que é o foco central de nossos estudos.

Neste sentido, a **Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes** pode ser elevada à categoria de questão social, já que esta forma de expressão tornou-se um problema afeto à sociedade como um todo, e, portanto, sendo necessária sua publicização e conseqüente politização, manifesta através do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

Esta forma de violência representa o abuso de poder exercido pela família, que ao lançar mão desta prática estará infringindo, não só, à Constituição Federal em seu Artigo 227, mas também, ferindo o disposto no Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que preceitua:

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

## 2 AS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência contra crianças e adolescentes no âmbito da família é um fenômeno que se manifesta dentro de quatro padrões de violência fundamentais: a violência física, a violência sexual, a violência psicológica e a negligência.

### 2.1 VIOLÊNCIA FÍSICA

A **violência física** acompanha o *homo sapiens* em seu processo de evolução. Está presente em suas formas de manifestação institucionalizadas no poder religioso temporal. No Brasil, chega junto com os descobridores e se institui no Brasil-colônia, permeada pela pedagogia do medo e do disciplinamento. O ensino pedagógico cercou-se de instrumentos como a palmatória, o chapéu de burro, o ajoelhar-se no milho, a repetição por escrito de palavras no caderno, a proibição da alimentação, entre tantas outras torturas e humilhações, os quais foram sendo impostos, copiados e entendidos pelas famílias como sendo uma forma correta de educar, levando os responsáveis pela criança ou adolescente, muitas vezes, a reproduzirem tal técnica, acrescentando o uso da correia, do chinelo, dos empurrões, das sacudidelas, do tapinha, do tapa, do soco, da faca, do ferro quente, ... da morte.

Neste sentido, a **violência física doméstica**, contém um agravante, pois introjeta na criança ou no adolescente agredido sentimentos de raiva, angústia, terror, ódio, etc. que, fatalmente, serão externados no contexto familiar, seja dentro da própria família que desencadeou o fenômeno, seja em outra em que o vitimizado venha a constituir ou participar. É, neste sentido, um fato gerador de recorrência do fenômeno da violência doméstica num sentido amplo.



Muito embora alguns especialistas entendam que os padrões de agressão voltados contra crianças tornam-se modelos de agressões dirigidos contra outros adultos amados, especialmente esposas, maridos e amantes, há aqueles que ratificam os antigos modelos educativos e disciplinadores, quando praticados de forma moderada.

Vejamos, assim, a posição de diferentes autores sobre esta questão, a exemplo de Içami Tiba e Suely Ferreira Deslandes.

TIBA (1995) considera que existem situações de confronto em que se torna necessária a disciplina do "tapa pedagógico", - também conhecido como "psicotapa" - ressaltando que este não é uma surra e nem espancamento, mas sim uma chamada de atenção dirigida para a organização mental por meio do estímulo corporal.

Segundo o autor,

(...) há situações em que, para a criança sentir que não é não, ela precisa receber um corte no seu processo mental e no desejo físico de conseguir seu objetivo. (...) O tapa pedagógico não é, nem deve ser, uma agressão, pois na agressão subentende-se também uma descarga de raiva. E, *com raiva, não se educa.* (TIBA, 1995, p.35-36)

Entretanto, Tiba (1995) adverte que se o recurso do tapa pedagógico for usado durante toda a infância, tenderá a diminuir a auto-estima da criança que, chegando à puberdade, poderá reverter o processo através do enfrentamento aos pais, do suportar o castigo, fazendo com que o tapa pedagógico funcione às avessas.

Deslandes contraria a perspectiva do "tapa pedagógico", trazendo-nos o seguinte conceito para violência física:

Caracterizada por qualquer ação única ou repetida, não acidental (ou intencional), perpetrada por um agente agressor adulto ou mais velho, que provoque dano físico à criança ou adolescente, este dano causado pelo ato abusivo pode variar de lesão leve a consequências extremas como a morte. (DESLANDES, 1999, p.20)



Neste contexto, deparamo-nos com um mútuo entendimento de que toda ação que causa dor física numa criança, desde um simples tapa até um espancamento fatal, representa um ato contínuo de violência, trazendo consequências não só orgânicas, mas também, psicológicas.

## 2.2 VIOLÊNCIA SEXUAL

A **violência sexual doméstica**, é um fenômeno que envolve relações de consangüinidade, legais ou de confiança, uma vez que o agressor é uma pessoa considerada parente. O tema da violência sexual é um assunto que mexe muito com sentimentos e emoções.

Para Farinatti apud Cardoso et al (1999), o entendimento do que seja o sexo e a sexualidade ainda está muito permeado por questões sociais, culturais, tabus pessoais e preconceitos. Entretanto é necessário que se compreenda a distinção entre sexo e sexualidade para que se possa ter clareza da distinção entre conduta afetuosa e conduta sexualmente abusiva.

Neste sentido, especialistas em violência doméstica como Cardoso et al (1999), colocam que a sexualidade, nos dias de hoje, está inserida no contexto do prazer, em que a criança pode sentir ou manifestar excitação pelos contatos recebidos de seus pais, sem que isso signifique a presença do desejo para realizar o sexo.

Segundo Furniss apud Cardoso et al (1999, p.29)

Espera-se que o pai em seu papel de progenitor, trace as fronteiras adequadas. Isso significa que mesmo que uma criança se comportasse de uma maneira abertamente sexual, (...) mesmo que as crianças fossem abertamente sedutoras e tentassem iniciar o abuso sexual, (...), seria sempre responsabilidade do pai estabelecer limites. Nem mesmo o mais sexualizado ou sedutor comportamento jamais poderia tornar a criança responsável pela resposta adulta de abuso sexual, em que a pessoa que comete abuso satisfaz seu próprio desejo sexual em resposta da necessidade da criança de cuidado emocional.



Quando se trata de abuso sexual intrafamiliar, na grande maioria dos casos, o agente do abuso é o homem, ou seja, aquele que exerce o papel de pai (ou padrasto), havendo certa freqüência de abuso praticado por avô, irmãos e tios.

As especialistas Maria Amélia Azevedo e Viviane N. Guerra, conceituam de abuso sexual doméstico,

(...) todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa. (AZEVEDO & GUERRA apud CARDOSO et al, 1999, p.30),

A violência sexual doméstica, traz conseqüências físicas (lesões gerais, como hematomas; lesões genitais na vagina, vulva e clitóris; lesões anais, como a laceração da mucosa anal; gestação; DST's ;e disfunções sexuais); e ainda conseqüências psicológicas (adaptação afetiva e interpessoal).

## 2.3 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

A **violência psicológica**, muito embora seja uma forma de violência de difícil detecção, tem sido exercida, pela grande maioria das famílias, cotidianamente, pois está intimamente relacionada com a cultura pedagógica do medo, da correção e do disciplinamento, trazida pelos jesuítas quando da colonização do Brasil.

Fazendo um parênteses, esclarecemos que os jesuítas entendiam que a criança era um papel em branco que deveria ser preenchido com idéias, sentimentos, religiosidade, etc. e com isso, criou-se a cultura de que criança não tem direitos, desejos, sentimentos e sensações. "Criança é projeto de gente" diz o ditado popular; por isso, não merece respeito.

Segundo Eva Blay (1997, p.33):

(...) há uma cultura da violência entendida como forma de educação; está arraigada a noção de que os filhos são propriedades dos pais, os quais têm sobre eles direito de vida e morte. Não é incomum ver-se mãe ou pai maltratar impunemente filhos em público, com total inação da comunidade. É esta a mentalidade que precisa, antes de mais nada, ser modificada.

Nesta mesma linha de raciocínio, especialistas como Cardoso, Toscano e Silveira (1999), consideram que a violência psicológica contra crianças e adolescentes está sustentada pelo não entendimento de que direitos, como: liberdade, respeito e dignidade devam ser respeitados. Tal entendimento vigora num total desrespeito à Lei nº 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual preceitua em seus artigos 15, 16, 17 e 18, respectivamente:

A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas Leis"

O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II - opinião e expressão;
- III - crença e culto religioso;
- IV - brincar, praticar esporte e divertir-se;
- V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI - participar da vida política, na forma da lei;
- VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

É dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Assim, podemos constatar que esta forma de violência é uma das práticas mais difíceis de serem identificadas porque, quando não está



camuflada sob o aspecto da educação, muitas vezes, aparece mascarada sob a forma de excesso de cuidados, superproteção e "maneira legítima de educar". Entretanto, não deixa de ser uma prática que repercute negativamente sobre o desenvolvimento emocional do vitimado, causando insegurança, sentimento de inferioridade e eliminando a auto-estima.

A respeito da construção da auto-estima, Bom Sucesso (1999, 31) assevera que a auto-estima é a "experiência em ser competente para lidar com os desafios básicos da vida e de sentir-se merecedor de felicidade. É a confiança na própria capacidade de aprender, tomar decisões, fazer escolhas." A autora aponta, ainda, nove elementos essenciais à constituição da auto-estima, quais sejam: auto-aceitação; respeito; responsabilidade; tomar iniciativa; elogio sincero; relacionamento afetuosos; coerência; conduta afirmativa; e estabelecer objetivos.

Todos estes elementos primordiais à construção de um adulto consciente e capaz, são trabalhados dentro da perspectiva da Prevenção, conforme veremos no Capítulo III.

## 2.4 NEGLIGÊNCIA

A **negligência** na família é um assunto que tem gerado muita polêmica, pois o fenômeno da negligência está permeado por questões relacionadas às condições estruturais da sociedade que, principalmente com a entrada do neoliberalismo nos anos 80, vem impedindo o acesso dos sujeitos ao conhecimento, à geração de renda e distribuição de riqueza.

Neste sentido, devemos estar bastante atentos às situações que se apresentarem, à primeira vista, como sendo uma forma de negligência, para que não incorramos no erro de culpabilizarmos os pais ou responsáveis por situações decorrentes da omissão resultante de fatores que fogem ao controle da família.



As definições apresentadas para o termo negligência, muitas vezes, estão impregnadas de significados que dependem de valores culturais e pessoais, sem levar em conta valores de cidadania. Assim, segundo o dicionário Koogan/Houaiss, temos o seguinte conceito para a palavra negligência:

"Falta de cuidado, de aplicação, de exatidão; descuido, incúria, displicência, desatenção./Dir. Falta não intencional daquele que se omitiu no cumprimento de um ato que lhe incumbia"

Para Deslandes (1994, p.17), no âmbito familiar, podemos entender por Negligência, uma atitude que concorra para

privar a criança de algo de que ela necessita, quando isso é essencial ao seu desenvolvimento sadio. Pode significar omissão em termos de cuidados básicos como: privação de medicamentos, alimentos, ausência de proteção contra inclemências do meio (frio, calor).

Continuando, a autora ressalta que a Negligência é um fenômeno de extrema complexidade, visto ser difícil determinar sua natureza diante dos problemas sócio-econômicos que vivenciamos na contemporaneidade; ou seja, a dificuldade situa-se em se conseguir diferenciar uma situação de privação sócio-econômica de uma atuação voluntária dos responsáveis.

Não obstante, Deslandes (1994, p. 17) orienta que é "necessário que se considere a ação ou omissão do agente agressor *independente* das condições sócio-econômicas existentes para que a sociedade possa tomar uma atitude protetora."

Neste sentido, podemos chegar à compreensão de que há a ocorrência de uma situação de Negligência quando se faz presente a omissão dos responsáveis na garantia de cuidados e satisfação das

necessidades da criança e do adolescente, privando-os de alimentação, higiene, vestuário, escolarização e lazer. Acrescentamos, ainda, a este conjunto de necessidades, a importância de se proporcionar à criança e ao adolescente, uma vida afetiva permeada por sentimentos de amor.

Em relação à vida afetiva especialistas afirmam que:

São nossos afetos e emoções, que dão o colorido a nossas vidas e expressam-se nos desejos, nos sonhos, nas emoções e nos sentimentos. É o que nos faz viver. (...) é parte integrante de nossa vida psíquica. Nossas expressões não podem ser compreendidas se não considerarmos os afetos que as acompanham. (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1997, p. 189)

Ainda nesta linha de raciocínio, Bock, Furtado e Teixeira (1997), consideram que o afeto é fundamental para um desenvolvimento psíquico saudável, assim como a alimentação é necessária para a sobrevivência física de crianças e adolescentes.

Neste sentido, podemos entender que cada um dos níveis de necessidades não satisfeitos, determina sérias conseqüências ao desenvolvimento de crianças e jovens, indo de encontro ao preconizado no Artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, a saber:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Neste contexto, alguns autores conseguem definir a Negligência a partir de manifestações apresentadas pela criança e que dizem respeito ao seu desenvolvimento psíquico e físico, medindo os níveis variados de desnutrição, falta de higiene pessoal, etc.



Nesta linha de pensamento é que Mouzakilis apud Cardoso et al (1999, 53), caracteriza como negligência,

(...) uma situação na qual o responsável pela criança, permite que ela experimente sofrimento e/ou ainda não consegue preencher para ela os requisitos geralmente considerados essenciais para o desenvolvimento das capacidades físicas e emocionais de um ser humano.

Assim, sendo a Negligência um fenômeno cuja responsabilidade está centrada no individual e no limite familiar, determinado por uma definição da sociedade sobre o que é um cuidado acertado, produz consequências físicas e emocionais e está respaldado por acontecimentos que compartilham das disfunções do sistema familiar (monoparentais, pais que usam drogas, álcool, miséria, etc.).

Neste sentido, Azevedo & Guerra apresentam um conceito mais abrangente para o fenômeno, caracterizado da seguinte forma:

A negligência se configura quando os pais ( ou responsáveis) falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos, etc... e quando tal falha não é resultado das condições de vida além do seu controle ... Quisemos enfatizar o relacionamento da negligência com as condições sociais de vida dos pais, aspecto este que é tão relevante em uma realidade como a brasileira. Evidentemente que se uma criança está mal alimentada porque os pais não conseguem obter dinheiro para o fazer adequadamente, o caso não será considerado como de negligência. Entretanto, se todo o dinheiro conseguido e que seria, por exemplo, para a alimentação da prole, é desviado para o consumo de bebidas alcóolicas, então poderia se configurar um cuidado de negligência. (AZEVEDO & GUERRA apud Grando et al, 1999, p.55)

Mais adiante, no capítulo III, estaremos descrevendo um evento relacionado à prevenção desta forma de violência, tendo em vista a experiência prática de estágio no contexto do Serviço Social.

## **CAPÍTULO II**

### **PREVENÇÃO: UMA LINHA DE POLÍTICA SOCIAL**

#### **1 A PREVENÇÃO E A LEI Nº 8.069/90**

O Estatuto da Criança e do Adolescente é um dispositivo legal que foi produzido a partir de lutas desenvolvidas por diversos setores da sociedade - mundo jurídico, das políticas públicas e do movimento social - que estavam envolvidos ética, política e moralmente com a promoção da defesa dos direitos de crianças e adolescentes de todo o Brasil.

Segundo Costa<sup>3</sup>(1990 p.11)

(...) Estas conquistas resultaram de um amplo movimento de mobilização e organização social que tomou a forma de duas emendas populares apresentadas à Assembléia Nacional Constituinte com assinaturas de mais de 200 mil cidadãos adultos e de 1 milhão e 400 mil crianças e adolescentes.

Continuando, Costa esclarece que toda a mobilização em favor da juventude estava amparada nos preceitos da Declaração Universal dos

---

<sup>3</sup> Pedagogo e Presidente do Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, no então governo do Presidente Collor - Artigo publicado na Revista de Administração Municipal do Instituto Brasileiro de Administração Municipal nº 197 - Ano XXXVI - outubro/novembro 1990.



Direitos da Criança, criada em 1959, e no projeto da Convenção Internacional dos Direitos da Criança. O resultado, foi a inclusão do Caput do artigo 227 da Constituição Federal, que acabou por constituir-se em elo de ligação entre a Constituição brasileira e a Convenção Internacional, estabelecendo que:

*É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito:*

- à vida
- à saúde
- à alimentação
- à educação
- à profissionalização
- à cultura
- à dignidade ao respeito
- à liberdade
- à convivência familiar e comunitária

Além de colocá-los a salvo de toda forma de:

- negligência
- discriminação
- exploração
- violência
- crueldade
- opressão

Neste sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente revela-se como lei que concretiza e expressa novos direitos da população infanto - juvenil brasileira, na medida em que rompe com velhos paradigmas, - inseridos no Código de Menores de 1927<sup>4</sup> e Código de Menores de 1979<sup>5</sup>, os quais mantinham uma visão da criança enquanto menores abandonados/delinqüentes e menores em situação irregular, respectivamente. Em 1990, concretiza-se a doutrina de Proteção Integral,

---

<sup>4</sup> Código de Menores - Decreto nº 17943, de 12/10/27

<sup>5</sup> Código de Menores - Lei nº 6697/79

defendida pela ONU com base na Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Dentro desta perspectiva, Costa (1990, p.14) afirma que:

(...) a Carta Constitucional e o Estatuto da Criança e do Adolescente trazem em relação à criança e ao adolescente, três novidades e três avanços fundamentais quando passa a considerá-los:

- sujeitos de direitos;
- *pessoas em condição peculiar de desenvolvimento;*
- prioridade absoluta

Desta forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente leva às políticas públicas novos conteúdos, a exemplo da defesa jurídico-social a crianças e adolescentes que venham a se envolver em questões legais e os programas e ações de atenção médica, psicossocial e jurídica à vítimas de violência.

Segundo Costa (1990) ocorre, ainda, uma inovação dentro do processo organizacional e hierárquico de ações em favor da criança e do adolescente, sendo tais ações divididas em:

- políticas sociais básicas, consideradas direito de todos e dever do Estado, como: Saúde, Educação, Esporte, Cultura, Lazer;
- políticas assistenciais, destinadas apenas àqueles que delas necessitem, como: complementação alimentar, abrigo e programas de capacitação e iniciação ao trabalho para adolescentes pobres;
- política de proteção especial, responsável pelo atendimento a crianças e jovens em circunstâncias especiais difíceis em razão de sua conduta ou da ação ou omissão dos adultos. (COSTA, 1990, p. 12).



Não obstante tantos avanços, a "nova lei" contempla, ainda, em seu Livro I, Parte Geral, o Título III, que rege os compromissos de toda a sociedade em relação à prevenção de qualquer situação que, porventura venha a causar dano à criança e ao adolescente conforme estabelecido no Capítulo I, artigos 70 a 73, a saber:

Art. 70 - É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 71 - A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Art. 72 - As obrigações previstas nesta Lei não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 73 - A inobservância das normas de prevenção importará em responsabilidade da pessoa física ou jurídica, nos termos desta Lei.

Neste contexto, a Prevenção é parte integrante da Política de Atendimento dos direitos da criança e do adolescente, de acordo com o que preceituam os artigos 86 e 87, inciso III, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a saber:

Art. 86 - A Política de Atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 87 - São linhas de ação da política de atendimento:

III - Serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;



## 2 OS TRÊS NÍVEIS DA PREVENÇÃO

O exercício da Prevenção vem sendo um caminho para se chegar à que também é conhecida como "sociedade para todos", conforme proposto pela ONU em 1990 e ratificado na Resolução 45/91. Esta propõe que até o ano de 2010 - países partícipes da ONU, inclusive o Brasil - tenham passado da fase de conscientização para a fase da ação.

Neste sentido, para que o Brasil consiga alcançar a meta estabelecida para o ano de 2010, diversas ações vem sendo implementadas pelo Governo Federal, a exemplo do Programa Sentinela - sobre o qual falaremos no item 3 deste capítulo, com o intuito de conscientizar a população de seu "status" de cidadã e de sua responsabilidade diante do processo de desenvolvimento do país.

As ações de Prevenção são caracterizadas em três níveis, conforme veremos a seguir.

### 2.1 PREVENÇÃO PRIMÁRIA

Entende-se por **prevenção primária** aquela cujo objetivo está centrado na eliminação ou redução de fatores sociais , culturais e ambientais, que favoreçam a ocorrência da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Nos dizeres de Maldonado (1997, p.55), "é a tentativa de evitar o surgimento dos focos que dão origem ao problema".

Assim, atuar com prevenção primária significa estar levando orientação à população em geral, a respeito de diversos aspectos do cotidiano que possam causar danos tanto ao indivíduo quanto à sociedade como um todo.

MALDONADO (1997) traduz como linhas de ação, programas que trabalham com o planejamento familiar e a assistência pré-natal, a exemplo do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Pastoral da



Criança - entidade de ação social vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - que tem apresentado resultados surpreendentes na redução da mortalidade infantil e na melhoria da qualidade de vida e de relacionamento familiar da população atendida.

Um ponto bastante importante na conquista de resultados favoráveis à cultura da "não-violência" são as ações desenvolvidas junto às escolas e aos pais.

Segundo Maldonado (1997), existem algumas linhas de ação que são fundamentais para a construção da base de "*formação de gerações não-violentas*", dentre as quais pontuamos: o pré-natal integral (construção de afeto); o alojamento conjunto (neonatal); e o incentivo ao aleitamento materno.

A autora reforça, também, a importância de princípios de continuidade na construção ou resgate do afeto, da tolerância e, porque não, do amor, a partir de trabalhos com pais, alunos e professores, cuja linha de atuação visa auxiliar na compreensão de questões conflitantes (polêmicas) do cotidiano, que vão desde temas sobre higiene e cuidados com a saúde, entrecortadas por temas sobre drogas, alcoolismo, AIDS e DST; gravidez na adolescência; sexualidade e desenvolvimento infantil, até as conseqüências drásticas da violência doméstica.

Podemos perceber, enfim, que o que se pretende com ações de natureza sócio-educativa é alcançar um padrão de relacionamento cotidiano, intra e extrafamiliar, mais harmonioso e saudável,

Neste sentido, a autora observa que:

Quando pais e educadores reconhecem que é nas miudezas do dia-a-dia que se aprende a colocar em prática os valores fundamentais do relacionamento, descobrem um campo fértil da prevenção primária da violência: a *ampliação dos recursos de comunicação*, com o objetivo de que diferenças e divergências entre as pessoas sejam resolvidas por meios não-violentos, em vez de tapas e gritos. (MALDONADO, 1997, p.59)



Esta linha de intervenção costuma ser trabalhada, no Projeto Mel, através de palestras e cursos, conforme exemplificaremos no terceiro capítulo, quando estaremos discorrendo sobre a Palestra para pais na creche municipal Dona Cota.

## 2.2 PREVENÇÃO SECUNDÁRIA

A **prevenção secundária** é dirigida à profissionais e/ou populações que atuam diretamente com crianças e adolescentes no intuito de orientá-los na detecção precoce de situações de risco, possibilitando o impedimento de atos de violência e/ou sua reincidência contra crianças e adolescentes.

Segundo Maldonado (1997, p.65), é "a tentativa de abreviar a duração ou a intensidade do problema por meio de um diagnóstico precoce e de tratamentos eficazes".

A autora faz referência a Ferrington, pesquisador que busca reconhecer, em crianças, sinais precoces sobre características de personalidade, tanto em relação ao comportamento quanto em relação ao meio ambiente, os quais, possivelmente, se constituirão em riscos desencadeadores de comportamentos violentos e anti-sociais, na adolescência e na idade adulta.

As metodologias mais freqüentes que são utilizadas para se atuar com prevenção secundária perpassam o campo dos trabalhos com grupos. Estes trabalhos, tanto podem ser dirigidos a grandes grupos através de Campanhas, - como é o caso da campanha lançada nos Estados Unidos denominada de "Desligue a Violência", que busca conscientizar as pessoas sobre o "excesso de violência nos meios de comunicação"- quanto podem ter como público alvo grupos específicos, a exemplo do curso ministrado para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), do



Município de Florianópolis, conforme estaremos detalhando no Capítulo III.

### 2.3 PREVENÇÃO TERCIÁRIA

Este tipo de estratégia de intervenção busca minimizar os males conseqüentes de violências praticadas contra crianças e adolescentes, através de um atendimento direto ao vitimado e sua família. Ou seja: a violência já ocorreu e deixou sua marca, impregnando o vitimado de vícios, raivas, medos e, muitas vezes, incorrendo em deficiência física e mental.

A esse respeito, Maldonado (1997, p.69) diz que "este nível de prevenção tem por finalidade reduzir as seqüelas decorrentes de problemas mais sérios, que não puderam ser evitados nem atenuados." A autora cita como exemplo programas de recuperação de jovens assassinos, programas de reabilitação física e social e programas de combate à exploração do trabalho infantil, entre outros.

Acrescentamos que, em Florianópolis, este nível de prevenção, subsidia alguns projetos dentre os quais situa-se o Projeto Acorde e o Projeto SOS Criança. Ambos proporcionam atendimento às vítimas de violência doméstica nos vários tipos de manifestação: física, sexual, psicológica e de negligência.

Estes Projetos são parte integrante da Política Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis, e estão inseridos em um dos programas do Governo Federal, denominado de Programa Sentinela sobre o qual discorreremos a seguir.

### 3 PROGRAMA SENTINELA: TRAÇANDO DIRETRIZES PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

O Programa Sentinela é uma Política Nacional de enfrentamento ao fenômeno da violência e exploração sexual infanto-juvenil, que tem a atribuição de implementar a Política de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Sua atuação está pautada no investimento de recursos em projetos de organizações governamentais e não governamentais que privilegiem, entre outros aspectos, o apoio psicossocial e a mobilização da sociedade em torno desta questão.

O Programa atua em dois eixos previstos na Política de Garantia e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, Lei n.º 8069, de 1990 (ECA) quais sejam: **atendimento** e **prevenção**. O primeiro prevê a intervenção direta, mediante programas e projetos de assistência social especializada e da articulação da rede de serviços governamentais e não-governamentais; e o segundo, prevê a participação da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), em ações preventivas como campanhas de esclarecimento e capacitação de profissionais.

O eixo da Prevenção tem como atribuições:

- ⇒ Promover campanhas de informação, sensibilização e mobilização da comunidade, de profissionais ligados à rede de atendimento (saúde, educação, trabalho, justiça e segurança, esporte, cultura e lazer) e de setores ligados à rede de exploração comercial (donos de hotéis e motéis, agências de turismo, taxistas, caminhoneiros, etc.), a partir da realidade local;
- ⇒ Realizar seminários e workshop ao final da execução das ações , para discussão do tema, troca de experiências, capacitação e apresentação de resultados, mesmo que parciais;
- ⇒ Estimular a participação da mídia como um parceiro fundamental na informação, sensibilização e mobilização da população;
- ⇒ Estabelecer parcerias com universidades, associações e organizações de profissionais, como as de médicos, assistentes sociais, psicólogos educadores, jornalistas, etc. nos âmbitos nacional, estadual e municipal, a fim de realizar cursos, estudos



e pesquisas sobre o tema, bem como promover a divulgação do tema em jornais, boletins, seminários e congressos.

Neste contexto, a Prefeitura Municipal de Florianópolis, numa parceria com o Ministério da Previdência e Assistência Social, estruturou o Plano Municipal para o enfrentamento da Violência e exploração sexual infanto-juvenil, visando não só o atendimento de crianças e adolescentes, mas também, de seus familiares. Para tanto, vem implementando projetos (Projeto Acorde, Projeto SOS Criança, Projeto Casa de Passagem e Projeto Mel) com base nos seguintes objetivos específicos:

- Educar crianças e adolescentes da rede municipal de ensino sobre prevenção de violência sexual, de gênero, entre outras modalidades de violência;
- Participar de eventos e produzir material para a mídia a cerca do tema violência doméstica;
- Capacitar profissionais que atuam com crianças e adolescentes;
- Conhecer a visão de profissionais e pessoas da comunidade a cerca do atendimento prestado nos órgãos de proteção;
- Integrar, otimizar e divulgar a rede de atendimento às vítimas de violência sexual no município de Florianópolis;
- Realização de levantamento de dados sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Veicular informações sistematizadas sobre abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes;
- Sensibilizar a sociedade civil no combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Garantir o atendimento de casos de exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes;
- Formar recursos humanos na área de defesa e responsabilização;
- Incentivar a participação de crianças e adolescentes em espaços de garantia de seus direitos.

Sendo assim, o *Projeto Mel - Prevenindo e Combatendo a Violência para Resgatar a Doçura da Infância*, insere-se neste contexto como um agente transformador de hábitos e costumes, produzindo, reproduzindo e multiplicando conhecimentos necessários ao enfrentamento de novas demandas surgidas na sociedade.

No próximo capítulo, estaremos discorrendo sobre o Projeto Mel, detalhando a implementação de Sub-projeto Agentes da Infância, uma das ações deste projeto e também, descreveremos nossa experiência prática na execução de palestra para pais numa creche do município de Florianópolis, por terem sido atividades com as quais interagimos no transcorrer do estágio.



## CAPÍTULO III

### O FAZER PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

#### 1 PROJETO MEL - OPERACIONALIZANDO AÇÕES DE PREVENÇÃO

Dentro do recorte da Prevenção, o município de Florianópolis vem desenvolvendo o **Projeto Mel - Prevenindo e Combatendo a Violência para Resgatar a Doçura da Infância**, estruturado a partir de uma Política de Atendimento voltada para a **Prevenção da Violência contra Crianças e Adolescentes**, cuja linha de atuação privilegia estratégias ligadas aos níveis de prevenção primário e secundário, já mencionados no capítulo anterior. Sendo, portanto, um projeto destinado a atuar na eliminação ou redução das causas que levam à prática da violência doméstica, bem como, na detecção precoce de crianças em situação de risco iminente ou existente.

Cabe-nos registrar, que o Projeto Mel foi reimplantado em outubro de 2000<sup>6</sup>, sob a coordenação da assistente social Kátia Carvalho Figueiredo e vem sendo operacionalizado pelas assistentes sociais Salete Laurici M. Dias e Lilian Keli Rech, especialistas em violência doméstica contra crianças e adolescentes, não só por meio da prática, mas também pela via do conhecimento teórico específico sobre violência doméstica, o qual foi adquirido através do curso de especialização oferecido pelo LACRI - USP<sup>7</sup>. Esta especialização capacita profissionais de diversas áreas, para uma atuação mais precisa no cenário da violência doméstica, cuja conformação contém muitas reentrâncias que podem fugir ao olhar, como é o caso do recorte da violência psicológica, do abuso sexual e da negligência. É, portanto, necessário que o profissional apreenda mais esse tipo de conhecimento, posto que "é um meio através do qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado" (IAMAMOTO, 1997, p. 43)

A sede administrativa do Projeto Mel localiza-se dentro do complexo Cidade da Criança<sup>8</sup>

A equipe técnica do Projeto Mel traçou seu Plano de Ação/2001, cujo objetivo geral está centrado no planejamento de atividades de caráter preventivo na área da violência contra crianças e adolescentes, privilegiando o cunho doméstico.

Segundo Nogueira (1999, p. 21),

O planejamento na ação profissional é o instrumento que permite organizar racionalmente o processo de trabalho do Serviço Social - objeto (matéria prima), objetivos (o que se pretende), instrumentos de trabalho (meios de trabalho) e resultados do processo (produto); articulando os limites institucionais, as demandas, as ações profissionais e os instrumentos de ação. É o mecanismo que permite, ainda, ao final da ação, avaliar o seu

<sup>6</sup> O Projeto Mel, entre os anos de 1995 e 1996 esteve em funcionamento, como uma ação do Programa SOS Criança, deixando de existir a partir de fins de 1996, em decorrência de escassez de recursos humanos.

<sup>7</sup> Especialização no LACRI - USP em Violência Doméstica contra Criança e Adolescente.

<sup>8</sup> A sede administrativa do Projeto situa-se à Rua Rui Barbosa nº 667 - fundos, no bairro Agrônômica e tem como forma de contato o telefone 228-3107



produto e o seu resultado dando visibilidade e densidade técnico-científica ao trabalho.

O planejamento das ações do Projeto Mel contemplaram tanto o aspecto político-ideológico<sup>9</sup> - seguindo as diretrizes do Programa Sentinela, sem perder de vista seu objeto e demandas advindas da sociedade - quanto o aspecto técnico - operativo - fazendo articulações entre o conhecimento teórico, conhecimento técnico, instrumentos e capacidade racional e criativa.

Neste sentido, para o planejamento do Projeto Mel foram elencadas oito atividades consideradas primordiais à caminhada inicial do combate à violência doméstica, a saber: 1) Capacitação dos agentes comunitários de saúde do município de Florianópolis; 2) Elaboração da Agenda aluno 2002; 3) Capacitação Interna sobre violência doméstica para profissionais da Divisão da Criança e do Adolescente; 4) Supervisão de Estágio; 5) Sistematização de dados das "Pesquisas de Opinião" referentes à capacitação de agentes e à agenda - aluno; 6) Desenvolvimento de projeto de pesquisa: "O processo da denúncia pelos olhos do denunciante"; 7) Promoção de parcerias com demais organizações cujas atividades estejam relacionadas à Prevenção; 8) Participação junto à comissão permanente do Protocolo de Atenção às Vítimas de Violência Sexual do Município de Florianópolis.

Para desenvolver estas atividades o Projeto Mel utiliza diversas metodologias. Exemplificando, para a promoção de parcerias referenciada no item 7, são utilizados alguns instrumentos como a palestra - não só para profissionais, mas também para pais<sup>10</sup>, cursos, oficinas, publicações e debates a cerca do desenvolvimento infantil, práticas educacionais, participação em eventos técnico-científicos, pesquisas, entre outras ações, transmitindo, à população demandada, conteúdos esclarecedores,

---

<sup>9</sup> A ideologia do Projeto Mel está pautada no seu compromisso de proteção/priorização de crianças e adolescentes.

<sup>10</sup> No decorrer do primeiro semestre de 2001, as assistentes sociais do Projeto Mel foram convidadas a ministrarem palestras para pais da creche municipal Dona Cota, no bairro Abraão, e também, do CEC - Centro de Ensino Complementar, no bairro Promorar.



não só, sobre o fenômeno da violência doméstica, mas também, sobre as diversas situações de risco em que a criança e o adolescente poderão se encontrar, como: drogas, alcoolismo, abuso sexual e exploração comercial infanto-juvenil, entre outras situações ligadas à doenças sexualmente transmissíveis (DST) e AIDS.

Dentre as diversas atividades propostas pelo Projeto Mel, tivemos a oportunidade de acompanhar e participar (durante o período de estágio) dos processos de implementação dos Sub-projeto Agenda - Aluno 2002<sup>11</sup> e do Sub-projeto Agentes da Infância: capacitação de agentes comunitários de saúde sobre o fenômeno da violência doméstica; na apresentação do Protocolo de Atenção às Vítimas de Violência Sexual, e, ainda, auxiliamos na sistematização de dados das Pesquisas de Opinião aplicadas aos Agentes Comunitários de Saúde.

Conforme mencionamos no capítulo anterior, nos próximos itens estaremos descrevendo nossa participação junto ao Sub-projeto Agentes da Infância e na elaboração de palestra para pais de uma creche municipal, por terem sido atividades com as quais trabalhamos mais efetivamente, no campo de estágio.

---

<sup>11</sup> O Sub-Projeto Agenda - Aluno 2002, com caráter de ação primária, tem o objetivo de levar aos alunos da rede pública municipal de Florianópolis, entre 7 e 14 anos, conteúdos sobre violência doméstica, sexualidade, cultura, família, relações humanas, direito de cidadania, etc. Afora estes assuntos, a Agenda conterá jogos (caça palavras, cruzadinhas, etc.), curiosidades ( ex.: o significado do Natal), telefones úteis (ex.: SOS Criança, Bombeiros, etc.), informações de utilidade pública ( ex.: o porquê da economia de água e energia elétrica), entre outros instrumentos que possibilitem a criança e o adolescente tornarem-se pessoas capazes de assumirem papéis na sociedade. Este Projeto foi suspenso nos primeiros meses de 2001 por falta de recursos materiais e, principalmente, humanos. Entretanto, a partir da parceria com Secretaria de Educação, o Sub-projeto está sendo implementado e terá sua efetivação no ano de 2003, quando as agendas serão entregues aos alunos da rede municipal de ensino.



## 1.1 O SUB-PROJETO AGENTES DA INFÂNCIA

O Sub-Projeto Agentes da Infância tem como objetivo capacitar e formar os agentes comunitários<sup>12</sup>, enquanto multiplicadores, na prevenção e no combate à violência doméstica, numa perspectiva de nova cultura da infância, levando-os a refletir sobre os tipos de violência doméstica (física, psicológica, sexual e negligência) e suas conseqüências. Propõe informá-los sobre as redes de serviços, instruindo-os sobre medidas sociais de saúde, policiais e judiciais, entre outras ações que possibilitem aos agentes comunitários estarem exercendo sua função em consonância com os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no contexto dos direitos de cidadania, por serem eles as pessoas que têm a possibilidade de manterem um contato maior com as famílias. A abrangência do Projeto compreende 47 centros de saúde do município de Florianópolis/SC, incluindo os enfermeiros coordenadores. Isto significa dizer que a capacitação foi oferecida a 563 agentes , através de 24 cursos, a partir do segundo semestre de 2001. Esta capacitação<sup>13</sup> dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS ocorreu no período de julho a dezembro de 2001, sendo os cursos ministrados pelas assistentes sociais Salete e Lilian, já referenciadas no item 1 deste capítulo.

Tratando-se de **Prevenção**, é importante que o profissional agregue ao seu conhecimento teórico uma gama de habilidades criativas e artísticas, exemplo de trabalhos manuais, que permita a elaboração de material informativo e ilustrativo à população que permeia os diversos seguimentos da sociedade.

---

<sup>12</sup> A Secretaria Municipal de Saúde, atendendo uma prerrogativa da Política Nacional de Saúde, vem contratando pessoas, sem formação específica, para trabalharem no apoio às ações promovidas pelas Unidades de Saúde Básica (Postos de Saúde).

<sup>13</sup> Vide fotos do curso em anexo.



Um exemplo disso foi a construção da Cartilha para os Agentes Comunitários<sup>14</sup>, quando aprendemos que a rigidez da linguagem técnica não se insere no contexto daquela população, exigindo, dessa forma, a elaboração da escrita numa linguagem menos formal e muito mais popular e sensível àquele conjunto de pessoas.

A mesma linha de orientação dá-se com a preparação do material ilustrativo. Este deve estar em perfeita harmonia com a forma de linguagem do texto para que o resultado final seja positivo. Assim, compreendemos que o conhecimento teórico, aliado à experiência prática do profissional, deverá ser traduzido e/ou repassado à parcelas específicas da sociedade através de uma linguagem própria dessa população permitindo maior êxito na transformação de hábitos e costumes frente à violência doméstica.

Muito embora as assistentes sociais do Projeto Mel não utilizem instrumentais técnico-operativos tradicionais, como os pareceres e encaminhamentos, vimos que as ações realizadas exigem das profissionais o aprimoramento de técnicas específicas de linguagem falada e escrita, de material visual e audiovisual e ainda, uma atenção diferenciada no trato com a população demandada. Ou seja, sendo um trabalho realizado no contexto da coletividade, faz-se necessário um linguajar e uma forma de expressão para cada tipo de situação.

Neste contexto, estando o planejamento do Projeto Mel inscrito nas dimensões político-ideológica e técnico-operativa, poderá apresentar resultados a partir da avaliação de seu produto, conferindo concretude técnico-científica ao trabalho.

No transcorrer do curso Agentes da Infância o Projeto Mel aplicou, aos treinandos, duas pesquisas de opinião - "A" e "B" - e um questionário de Avaliação sobre a Capacitação para os Agentes Comunitários de Saúde. A participação nas pesquisas e no questionário foi voluntária e

---

<sup>14</sup> A cartilha "Agentes da Infância" foi elaborada pelas assistentes sociais do Projeto Mel, e encontra-se à disposição para consulta junto à sede administrativa do Projeto Mel, no endereço mencionado em nota de rodapé, no item 1 deste capítulo.



anônima. Assim, a Pesquisa "A" - "Eu, profissional: minha experiência de violência na infância", refere-se à experiência profissional dos agentes de saúde em relação à identificação de violência doméstica. A Pesquisa "B" - "Eu, profissional: tive contato com casos de violência contra crianças", refere-se à experiência pessoal dos agentes como vítimas de violência doméstica.

Entretanto, descreveremos as ações que envolveram a metodologia do levantamento de dados do questionário de Avaliação da Capacitação para os Agentes Comunitários de Saúde, por ter sido um dos objetivos específicos de nosso projeto de estágio, que conseguimos concretizar.

Em relação ao levantamento de dados e análise das referidas pesquisas, estas encontram-se em fase de análise pelos profissionais do Projeto Mel. Não adentraremos nesta metodologia e nem em seus resultados, pois não são o foco deste trabalho<sup>15</sup>.

### **1.1.1 Trabalhando com levantamento de dados: o questionário sobre a avaliação da capacitação dos agentes comunitários de saúde**

Dando seqüência ao Plano de Ação do Projeto Mel, descrito no capítulo anterior, iniciamos o processo de sistematização dos dados coletados a partir do questionário de Avaliação da Capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde<sup>16</sup>. Este instrumento de coleta de dados contou com 09 (nove) questões, contendo 05 (cinco) perguntas fechadas e 09 (nove) perguntas abertas, contemplando, assim, fatos objetivos - quantificáveis, e fatos subjetivos, ligados ao mundo dos significados das ações e relações humanas, propiciando a inter-conexão de informações para a apuração de resultados<sup>17</sup> que reflitam a realidade apresentada.

---

<sup>15</sup> As Pesquisas estarão à disposição, junto ao Projeto Mel, tão logo tenham sido analisadas; porém encontram-se em anexo os resumos.

<sup>16</sup> Ver questionário em anexo.

<sup>17</sup> As considerações finais sobre os resultados do questionário encontram-se em anexo.



Assim, cabendo-nos a realização do levantamento de dados, criamos dois instrumentos que, conjugados, possibilitaram a articulação de informações de forma mais palpável levando-nos a uma análise final mais precisa. O primeiro instrumento foi um roteiro, o qual denominamos por "Avaliação de Desempenho"<sup>18</sup>, semelhante ao questionário. Este serviu de subsídio não só para a quantificação do número de participantes e questões respondidas, mas também, para apurar a variação do grau de conhecimento e compreensão de cada grupo, quando colocado em comparação com outro.

O outro instrumento, foi uma tabela, a qual denominamos por "Resultado Geral"<sup>19</sup>, onde as respostas subjetivas, de cada participante, foram analisadas e sistematizadas, ou seja, transformadas em categorias-chave.

Tomando por exemplo a primeira questão, que pretendia conhecer se o curso havia correspondido às expectativas dos participantes, esta continha dois tipos de perguntas: uma fechada para respostas: sim, não e em parte; e uma pergunta aberta, pedindo comentário sobre a resposta fechada. Assim, para que conseguíssemos dar concretude às respostas abertas, optamos por trabalhar com o método de categorias conjugando respostas semelhantes numa única palavra ou frase. Por exemplo: para três respostas semelhantes como: superou; foi além; e além das minhas expectativas; elegemos como categoria chave a frase "Além das minhas expectativas" e quantificamos três respostas nesta categoria. O trabalho com categorias<sup>20</sup> foi o método mais eficaz que encontramos para conseguirmos classificar a parte subjetiva do questionário.

Neste contexto, a importância deste questionário situa-se em sua capacidade de demonstrar não só, a subjetividade cotidiana dos participantes, mas também, se o Sub-projeto Agentes da Infância

---

<sup>18</sup> Roteiro: "Avaliação de Desempenho" encontra-se em anexo.

<sup>19</sup> Exemplo do documento "Resultado Geral" encontra-se em anexo.



conseguiu alcançar seus objetivos como um todo. Em caso positivo, o projeto poderá, inclusive, ter continuidade de ação junto a outros municípios; caso sua efetividade não seja alcançada, os pontos falhos apurados deverão ser aferidos e alterados, para que se chegue a um melhor atendimento da demanda reprimida.

Neste sentido, Arretche apud Oliveira (1999, p.55) coloca que

(...) somente a avaliação de programas efetivamente implementados poderá estabelecer uma relação causal entre uma determinada modalidade de política pública e o sucesso ou fracasso na realização de seus propósitos ou ainda entre esta política e um dado resultado ou impacto sobre a situação social prévia à sua implementação.

Sendo assim, para que possamos conhecer os resultados, sejam eles positivos ou negativos, faz-se necessária uma metodologia de avaliação que inclua os três critérios já mencionados, os quais são entendidos, por Tenório, da seguinte forma: a) **Eficácia**: fazer o que deve ser feito, isto é, cumprir o objetivo determinado; b) **Eficiência**: achar a melhor forma de fazer algo com os recursos disponíveis; c) **Efetividade**: capacidade de atender às expectativas da sociedade. (TENÓRIO, 1999)

Estes critérios, segundo o mesmo autor, são os instrumentos que permitem mensurar o desenvolvimento e a sobrevivência das organizações. No caso presente, entendemos que estes são elementos que poderão determinar a continuidade ou não de uma ação de prevenção.

Conforme mencionamos no item 1 deste capítulo, o curso contou com 563 participantes, os quais receberam este questionário. Apesar de nem todas as pessoas envolveram-se neste processo, 447 questionários foram devolvidos, contabilizando uma adesão positiva de 79,39% (por cento) dos participantes.

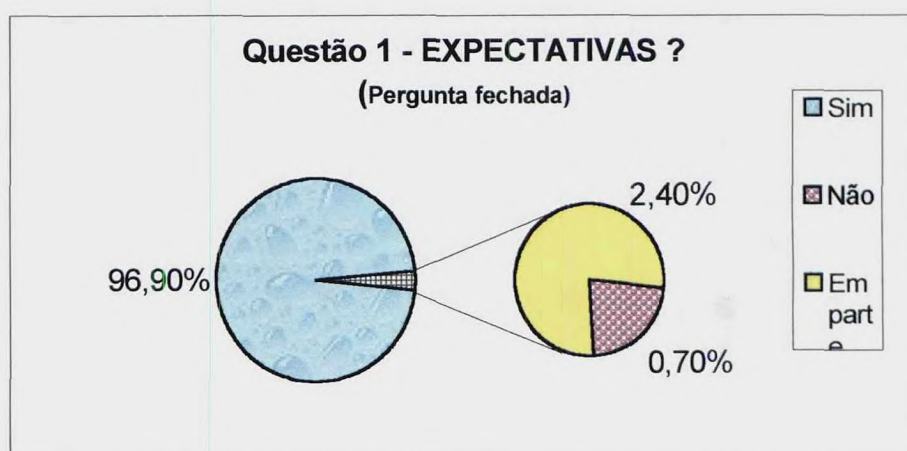
---

<sup>20</sup> O termo categoria refere-se a elementos que tenham características comuns, pertencentes a mesma classe, sendo empregado para estabelecer classificações, agrupando idéias ou expressões em torno de um conceito totalizador (GOMES, 1994).



O trabalho de coleta de dados relativo à primeira questão – “**O curso correspondeu as suas expectativas?**” - contou, efetivamente, com a participação de 422 pessoas para as respostas fechadas: SIM, NÃO e EM PARTE, contabilizando 94,40% do total de fichas devolvidas (447). Assim os percentuais apurados para as respostas fechadas, em relação aos 422 participantes, ficaram dispostos da seguinte forma: para a resposta SIM, temos 96,90%; para NÃO, temos 0,70%; e para EM PARTE, o percentual foi de 2,40%. A figura 1, a seguir, apresenta o gráfico que poderá ilustrar, de forma mais clara, os resultados apurados para esta questão.

**FIGURA 1**



FONTE: Projeto Mel (2002)

Com relação às respostas abertas, oriundas da proposta de comentários sobre esta mesma questão, procedemos ao levantamento de dados por meio de um trabalho com categorias, agrupando palavras, idéias ou expressões usadas pelos participantes, para que pudéssemos chegar a um resultado classificatório do dados em relação a percentuais. Desta forma, a partir das 36 categorias, que condensavam, inicialmente, 389 expressões empregadas pelos participantes, procedemos à nova classificação, ou seja a um novo agrupamento de idéias, chegando a um resultado final de 09 categorias, contendo as 389 reflexões iniciais.

Assim, cada conjunto de idéias fez correspondência com uma categoria, da seguinte forma:



- A) Esclareceu dúvidas, trouxe conhecimentos - **CONHECIMENTO**
- B) Além das minhas expectativas; grande importância - **IMPORTÂNCIA DO TEMA**
- C) Orientou, capacitou e deu segurança - **CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL**
- D) Abriu minha consciência para a vida familiar - **VIDA FAMILIAR**
- E) Percebi a dimensão da violência - **PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA**
- F) Aprendi sobre história e comportamento de crianças - **HISTÓRICO DA INFÂNCIA**
- G) Importância de conhecer direitos, rede de atendimento /denúncia - **DIREITOS**
- H) Pouco tempo , necessitando cursos complementares - **NOVOS TEMAS**
- I) Sinto ter faltado parcialmente o curso - **PERDA DE CONTEÚDO**

Não obstante, as categorias permitiram apreender a realidade de forma transformá-la em resultados concretos, conforme podemos visualizar através da tabela 1, que possibilitou a estruturação da análise de categorias, a seguir.

TABELA 1  
Demonstrativo de análise da categoria

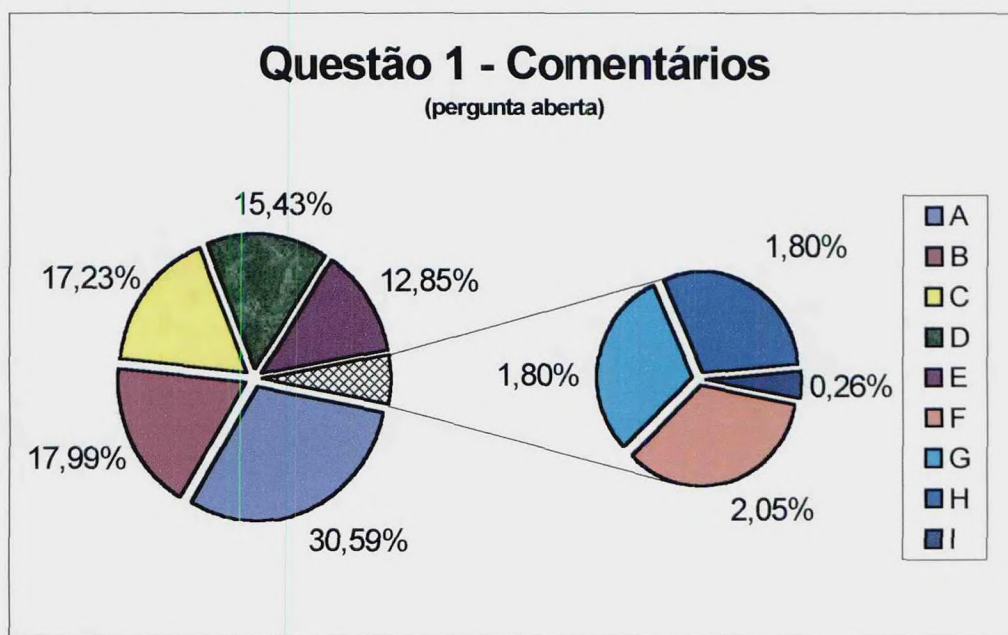
<b>Categorias</b>	<b>Quantificação das falas/ expressões</b>	<b>Percentual (%)</b>
A) Conhecimento	119	30,59
B) Importância do tema	70	17,99
C) Capacitação profissional	67	17,23
D) Vida familiar	60	15,42
E) Percepção da Violência	50	12,85
F) Histórico da Infância	08	2,05
G) Direitos	07	1,80
H) Novos temas	07	1,80
I) Perda de conteúdo	01	0,26
	389	100%

FONTE: Projeto Mel ( 2002)

A figura 2, a seguir, apresenta um gráfico que demonstra a realidade apresentada na tabela, de forma mais dinâmica, dispondo os dados percentualmente.

**Figura 2**

O curso correspondeu às suas expectativas? Comentários.



A partir destes dados, as assistentes sociais do Projeto Mel puderam fazer uma leitura mais precisa a respeito das reflexões e ponderações ocorridas no cotidiano da sala de aula.

Neste sentido, o trabalho com categorias possibilitou-nos chegar a análise qualitativa de dados em relação à efetiva contribuição do curso para a vida dos participantes, não só profissionalmente, mas também, afetivamente, facultando aos participantes ter uma nova visão do modo como estes se percebem diante da vida, no contexto do cotidiano com suas formas de criação de redes de relacionamentos, valores culturais, e desenvolvimento da cidadania.

O levantamento de dados contribuiu para o aprimoramento de nossos conhecimentos, já que o contato com os sentimentos, as emoções,



toda a afetividade expressa nas respostas possibilitou-nos um despertar investigativo através da reflexão sobre o cotidiano de cada ser humano que se doou participando do processo de pesquisa. Este despertar contribuiu para que aceitássemos a responsabilidade de atuar, como palestrante para pais na creche municipal Dona Cota, conforme descreveremos no item 2, a seguir.

## 1.2 PALESTRANDO: UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA DE PREVENÇÃO NO NÍVEL PRIMÁRIO

Ao longo do período de nosso estágio junto ao Projeto Mel, buscamos estar presente nas mais diversas atividades realizadas pelas assistentes sociais, conforme relatamos anteriormente. Esta disposição em apreender conteúdos e técnicas, aliada à destreza e competência das assistentes sociais em repassar conhecimentos, levou-nos a assimilar habilidades necessárias ao bom desempenho no trato direto com pais, especialmente, àqueles inseridos no contexto das camadas mais populares da sociedade.

Diante disso, recebemos um convite (o qual aceitamos), por parte das assistentes sociais do Projeto Mel, para colocar em prática uma ação de **Prevenção Primária**, atuando como palestrante junto à creche municipal Dona Cota, para falar aos pais sobre Negligência na família.

Segundo Souza (1993), a palestra tem sido um recurso muito utilizado no desenvolvimento de comunidades e servido, comumente, para comemorações no decorrer do ano civil (Dia das Mães; Dia do Trabalho; etc.). Entretanto, a autora esclarece que este não seria o uso mais adequado de uma palestra, pois esta torna-se um instrumento importante quando relacionada à solução de problemas por meio de questões técnicas, jurídicas e políticas.

Neste sentido, a autora traz o seguinte conceito para este recurso/instrumento:

Palestra é o ato de reunir pessoas objetivando a transmissão de informações que contribuam para a reflexão de algum tema de interesse dessas pessoas, para aclarar situações dúbias, ou ajudar a decidir sobre novas formas de ação relativas à vida social e de trabalho desta população ( SOUZA, 1993, p. 191)

A partir deste conceito, Souza estabelece que o desenvolvimento da palestra passa por quatro momentos básicos:

- 1) Introdução: é o ato de ressaltar o motivo pelo qual se promoveu a palestra;
- 2) Conteúdo: desenvolvimento do tema, proporcionando ao público elementos que conduzam à reflexão e decisão sobre suas necessidades e reivindicações, buscando utilizar vocabulário simples, fazer comparações, citar exemplos, usar recursos visuais, e, antes de concluir, resumir a palestra, realçando a mensagem principal;
- 3) Debates: promover a discussão do tema, colocando-se à disposição para perguntas, de forma que se quebre uma possível timidez dos participantes;
- 4) Encerramento: colocar-se à disposição para outros debates ou reflexões.

Dentro deste contexto, após refletirmos sobre o conteúdo de nossa palestra, buscamos realizá-la de forma a levar informações claras e seguras à população, num clima de liberdade e respeito, expressando-nos com alegria e satisfação.



### 1.2.1 Falar sobre negligência: um momento de reflexão

Antes de entrarmos em contato com a supervisora da Creche, fizemos uma reflexão sobre o tema "Negligência" e de como abordar um assunto tão complexo. Como dizer àqueles pais que é responsabilidade deles dar afeto, carinho, atenção; enfim, cuidar muito bem do desenvolvimento físico e mental de seus filhos, apesar de todos os problemas estruturais, econômicos e sociais, que vivemos em nosso país.

Recordando nossa própria experiência de vida, refletimos sobre a condição de mãe adolescente, que aos dezenove anos encontrava-se separada com dois filhos e de como foi (e tem sido), tão difícil compreender o que os filhos queriam, seus comportamentos, choros, raivas, teimosias. Às vezes tínhamos vontade de chorar junto com eles e abraçá-los, mas a vida havia exigido de nós um certo grau de fortaleza; ter autoridade, dizer não e acabou. Foi assim que aprendi: "nervoso de criança é capa de malcriação" Ah! cultura ... séculos dizendo-nos como fazer para que nossos filhos sejam homens e mulheres de valor no bem servir. Servir a quem? Sempre aos detentores do poder. E assim, de geração em geração vimos sendo todos manipulados pela cultura da disciplina através do medo. Medo do Governo, do patrão, da opinião dos outros, do vizinho, do pai, da mãe, dos familiares, dos professores...medo das pessoas, medo de sermos humanos, medo do amor. E quando chegamos a esse ponto do medo de amar é porque perdemos de nós mesmos. E se assim é, como amar o outro? Não falamos do amor paixão ou da obrigação de sustentar alguém, mas do amor que, desprovido de orgulho e egoísmo, compreende, com afeto e carinho, que seu filho embora pequeno, é gente. É gente que sente dor, sente frio, sente falta de um beijinho, um abraço, uma conversa meiga, um pouco de "colinho"<sup>21</sup>; e ainda mais, consegue sentir a dor dos pais, os medos, a insegurança e aí, ele, o filho, passa a sentir os mesmos sentimentos que os pais. Não é

---

<sup>21</sup> Colinho é expressão popular que significa carregar nos braços, trazendo para junto do peito (ou coração).



fácil a responsabilidade dos pais que desconhecem a si próprios como seres humanos, conduzirem seus filhos, "coisas" tão estranhas.

Lembramo-nos de nosso sexto período do curso de Serviço Social, em que nos propusemos a participar do Curso sobre Violência Doméstica - oferecido pelo GAPA/SC - Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS e ministrado pela assistente social Silvana Silveira Medeiros - o qual mexeu profundamente, tanto no aspecto cultural quanto psicológico, com nosso ser, trazendo-nos um misto de desespero, angústia e medo, quando passamos a perceber que muitas atitudes que havíamos tomado com nossos filhos à título de educação, estavam sendo compreendidas por especialistas da área como violência. Sentimo-nos bastante culpados. Muitos questionamentos se fizeram presentes em nossa mente. Principalmente, ficamos com a preocupação de como fazer para minimizarmos as conseqüências que já se apresentavam na vida dos filhos. Tínhamos certeza do amor que sentíamos por eles e do importante papel que eles sempre representaram em nossa vida. Recordamo-nos da importância da apresentação do processo histórico, - que revelou o quanto temos sido manipulados e conduzidos à cultura do medo e da submissão, - que nos retira da condição de culpados, colocando-nos sim, a par de nossas responsabilidades, partir da compreensão de que podemos nos modificar, não só na relação familiar, mas também em relação ao mundo.

Terminado o momento reflexivo, ficamos imaginando, então, sobre como e o quê, poderíamos conversar com os pais. Pensamos em fazer uma conversa voltada para as questões de direitos de cidadania, falando um pouco sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e sobre alguns órgãos de atendimento, como o Conselho Tutelar e o Ministério Público, mas ressaltando sempre, que a responsabilidade do cuidado com os filhos, tanto na saúde física e mental pertence, num primeiro plano, aos pais. Seria necessário, também, que a palestra apontasse caminhos para uma melhor convivência familiar, já que a questão da negligência não



pode ser vista de forma isolada. Assim, já que conseguimos trabalhar reflexivamente a questão da negligência em nosso interior, decidimos marcar um encontro com a supervisora da creche para conhecermos suas necessidades em relação à palestra para os pais.

### **1.2.2 A construção da metodologia**

A tarefa de se construir uma metodologia requer tanto o conhecimento teórico quanto o exercício da prática, exigindo uma articulação entre conteúdos, pensamentos e existência.

A este respeito, Minayo (1994, p. 16) ressalta que " a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador."

Neste sentido, buscamos dar à metodologia uma conformação voltada para a totalidade, conciliando os elementos: teoria, prática, experiência de vida e criatividade, fundamentais à estruturação de cada passo metodológico, quais sejam: 1) conhecer a creche; 2) conversar com Lilian; e 3) construir materiais teórico e ilustrativo; 4) avaliar a palestra.

#### **1.2.2.1 Um encontro com a Creche: o peso da responsabilidade**

Após termos aceitado o convite para fazermos a palestra, como consequência, marcamos um encontro preliminar com a Supervisora Escolar da Creche<sup>22</sup>, para inteirarmo-nos de suas necessidades e podermos elaborar a metodologia de trabalho. Durante o encontro, após apresentarmo-nos como estagiária do Projeto Mel, a supervisora mostrou-

---

<sup>22</sup> Maria Cristina Joenck é pedagoga e exerceu o cargo de Supervisora Escolar na Creche dona Cota até dezembro de 2001, deixando a Supervisão da Creche por questões político-administrativas.

nos seu método de trabalho e fez as devidas apresentações ao corpo técnico e administrativo da creche. Após, a supervisora contextualizou a creche<sup>23</sup>, relatando que esta atende 150 crianças procedentes de famílias de baixa renda (renda per capita em torno de R\$30,00). Conversamos sobre os motivos que levaram a supervisora da creche a promover uma reunião com pais, tendo como objetivo apontar as responsabilidades e os direitos destes em relação a seus filhos.

Assim, elencamos os diversos pontos que nos foram colocados como dificultadores para a interação entre pais e filhos e destes com o pequeno mundo que os cerca, no convívio com os coleguinhas da creche. Dentre os diversos pontos apareceram questões como: crianças que não tomavam banho, chegando, à creche, sempre sujas e com a mesma roupa; pais que deixavam as crianças doentes sem os remédios; outros deixavam os remédios mas não a receita que determinava a forma de ministrá-los; e, ainda, quando as crianças adoeciam na creche, tendo febre alta (39°C), os pais eram chamados para levarem-nas ao posto de saúde, mas não apareciam.

Ouvimos atentamente, anotamos as queixas e acertamos que estaríamos fazendo uma palestra que falasse sobre os cuidados de higiene e saúde, sobre responsabilidades e deveres dos pais em relação ao desenvolvimento de seus filhos; incluiríamos, também, noções de direito e cidadania, o papel da creche em determinadas situações e, ainda, estaríamos falando sobre a importância do afeto e da auto-estima dos pais, para o desenvolvimento infantil.

---

<sup>23</sup> A creche municipal Dona Cota localiza-se à rua João Meirelles, 1515, bairro Abraão, município de Florianópolis/SC.



#### 1.2.2.2 Dialogando sobre a metodologia com a assistente social Lilian

Em nova conversa com assistente social Lilian concluímos o conteúdo da palestra. Suas orientações levaram-nos a reduzir o conteúdo que havíamos planejado anteriormente, preocupando-nos em discorrer mais sobre afetividade, auto-estima e higiene. E, ainda, poderíamos orientar a supervisão da creche quanto à solicitação de palestras mais pontuais às quais seriam ministradas por técnicos do Conselho Tutelar, da área da Saúde e da Psicologia, entre outros. Assim, pais e responsáveis poderiam compreender melhor seus papéis enquanto educadores e promotores de um desenvolvimento infantil mais centrado nos moldes pedagógicos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Diante da orientação de Lilian, planejamos fazer uma palestra mais abrangente no tocante aos direitos de cidadania e utilizarmos como instrumento algumas transparências, retiradas da cartilha "Compreendendo a Negligência na Família", usando-as como guia para as orientações sobre afeto, auto-estima e higiene.

A dimensão teórico-metodológica que traçamos está compreendida no discurso ético-político preconizado pelos princípios fundamentais do Código de Ética que, em seu Art. 5º preceitua sobre os deveres do assistente social em relação aos usuários, a saber:

- a) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b) garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais resguardados os princípios deste Código;
- c) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários;
- d) devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- e) informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;



- f) fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardando o sigilo profissional;
- g) contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
- h) esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

Outro dispositivo importante é a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)<sup>24</sup>, que prima pelo respeito ao usuário; pelo reconhecimento da liberdade; pela defesa dos direitos humanos; pela ampliação e consolidação da cidadania na garantia dos direitos civis sociais e políticos; é a favor da equidade e justiça social e da universalidade de acesso aos bens e serviços, entre outros princípios.

Neste contexto, entendemos que seria necessário fazermos um levantamento bibliográfico sobre os diversos temas que seriam abordados na palestra, o que nos daria respaldo teórico para enfrentarmos a tarefa.

#### 1.2.2.3.1 Construindo instrumentais teórico e ilustrativo

Por entendermos que o objetivo da palestra centrava-se em elevar a auto-estima dos pais e orientá-los quanto às suas responsabilidades no cuidado com seus filhos, planejamos, em primeiro lugar, a elaboração de um roteiro contendo a metodologia de trabalho; em segundo lugar, procederíamos à preparação do material ilustrativo (transparências) e, por último, confeccionaríamos os lembretes que seriam entregues aos participantes, ao final da palestra.

---

<sup>24</sup> Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição Federal/1988 e reconheceu a assistência social como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, além de garantir universalização dos direitos sociais.



#### 1.2.2.3.1 Preparando a teoria

Após termos definido a metodologia (planejamento, objetivo, apresentação), levantamos quatro categorias a serem trabalhadas em conjunto com as transparências, as quais estariam subsidiando o objetivo geral da palestra. São elas: 1) Cidadania; 2) Direitos das crianças; 3) O papel dos responsáveis junto às creches; 4) Afetividade.

Neste sentido, buscamos aprimorar nossos conhecimentos recorrendo à vasta bibliografia previamente selecionada. Assim, para a categoria **Cidadania** buscamos basear nossa fala no conceito de Gohn (1995, p.196) sobre **cidadania coletiva**, que diz:

A cidadania coletiva privilegia a dimensão sociocultural, reivindica direitos sob a forma de concessão de bens e serviços, e não apenas a inscrição desses direitos em lei; reivindica espaços sociopolíticos sem que para isto tenha de se homogeneizar e perder sua identidade

Trabalhamos este conceito, no sentido de orientar aos pais que ser cidadão não é somente votar; mas, principalmente, conhecer seus direitos, constantes da Constituição Brasileira de 1988, e fazer com que estes direitos se transformem em ação por meio da mobilização das pessoas para que, estes direitos, saindo do papel possam tornarem-se reais. Elencamos como exemplos do exercício dos direitos: a participação na Associação de Moradores, cujo propósito situa-se na garantia dos direitos a condições dignas de vida (esgoto, água, iluminação pública, posto de saúde, segurança, calçamento das ruas, coleta de lixo, etc.); e, também, a formação de grupos de pais para participarem mais efetivamente da creche, já que a escola pública é um direito de crianças e adolescentes. Sendo um direito, a creche municipal é gratuita, mas não é um favor, já que a escola é paga através dos impostos (alimentos; IPTU; etc.), por toda a sociedade.

No tocante à categoria **Direitos das crianças**, iniciamos com o direito à educação, recorrendo a Nogueira (1993), cuja obra intitula-se "Todos pela Educação no Município: um desafio para Cidadãos".

A esse respeito, Nogueira (1993, p.9) coloca que:

É preciso gente de carne e osso, com disposição para se reunir, decidir, ir atrás do que é direito, organizar-se e brigar até fazer as leis saírem do papel. Para facilitar a participação nesta luta, estão sendo criados, em todos os municípios, os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares.

E também, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, artigos 53 e 54 a saber:

Art. 53 A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I- igualdade de condições para acesso e permanência na escola;

( ... )

V- acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único - É direito dos pais ou responsáveis Ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54 - É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

( ... )

IV- atendimento em creche e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade:

Salientamos a importância e apontamos como um exemplo de conquista do exercício de cidadania coletiva, a construção histórica do Estatuto da Criança e do Adolescente, esclarecendo que este, também, surgiu a partir da luta de diversos profissionais e pessoas da sociedade



em geral,<sup>25</sup> que conseguiram ver na criança não um objeto, mas um ser humano em desenvolvimento, que necessita de proteção integral. Decorrem daí a extinção do Código de Menores de 1979 - voltado para uma visão da criança como menor que necessita de punição - e a inserção dessa proteção na Constituição Federal de 1988, capítulo VII, que trata da família, criança, adolescente e idoso, artigos 226 e 227, a saber:

Art. 226 - A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

(...)

8º. O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Pretendemos, ainda, dando continuidade à linha dos direitos, discorrer um pouco sobre a elaboração da **Declaração Universal dos Direitos da Criança**, fundamentada em 1959, em que o Brasil é signatário. Sendo um dos primeiros países a concordar com esta Carta, obrigou-se, portanto, a criar Leis internas de proteção às crianças, como a **Lei nº. 8.069/90**, que trata do **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

Ainda no campo dos direitos, procuramos orientando sobre a **Política de Atendimento da Criança e do Adolescente no Município de Florianópolis** (Lei nº 3794/92), com o objetivo de apontar caminhos, para a resolução de possíveis necessidades, através da rede de apoio municipal, conforme consta do artigo terceiro da referida Lei, que preconiza sobre os órgãos e instrumentos da Política de Atendimento: Fórum Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes; Conselho

<sup>25</sup> Dentre os atores sociais que lutaram para a concretização desta lei estão: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, diversos juizes, a exemplo Dr. Antônio F. do Amaral e Silva ( Blumenau/Sc), a Sra. Regina Helena Pedroso (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - SP), professores, freiras, padres, entre outros cidadãos.



Municipal das Direitos das Crianças e Adolescentes; Conselho Tutelar; e Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Ao trabalharmos a terceira categoria, que se refere ao **Papel dos responsáveis junto às Creches**, tivemos o objetivo de estar informando que, na atualidade, as creches não são meros depósitos de crianças, mas sim, um instrumento que faz parte do Plano Nacional de Educação do Governo Federal, circunscrito em nível de Educação Básica Infantil, e que dá atendimento à crianças de 0 a 6 anos, objetivando auxiliá-las em seu desenvolvimento psicomotor, na sua compreensão de um mundo coletivo em que as pessoas têm que se respeitar e saber conviver em grupo, compreender a necessidade da higiene das pessoas e da limpeza do espaço em que vivem, etc..

Neste contexto, a inserção da ação profissional do Serviço Social está em contribuir com os usuários na viabilização da participação efetiva dessa população nas decisões institucionais, orientando-os sobre a importância da participação nas reuniões de pais; onde poderão ser colocadas questões sobre a forma de aprendizado das crianças, sobre a relação afetiva entre o educador e criança, entre outras questões; e, ainda, poderia ser um espaço em que os pais estariam relatando suas dificuldades financeiras e familiares (desemprego, alcoolismo, drogas, doenças crônicas, AIDS, dificuldades de relacionamentos entre pais ou entre parceiros/ pais e filhos, etc.), para que a equipe técnica da creche (Orientadora Pedagógica, ou Assistente Social, ou a Supervisão Escolar, e inclusive, o Diretor), possa estar auxiliando na resolução de possíveis conflitos, com a finalidade de proteger às crianças e criar condições futuras de que estas se transformem em adultos capazes de tomarem decisões, exercerem seus direitos de cidadãos e reconhecerem a si mesmos como seres humanos doadores e receptores de afeto, carinho e amor.



Os técnicos do Ministério da Educação apresentaram um diagnóstico<sup>26</sup> para a Educação Infantil, apontando essa fase da infância (0 a 6 anos) como sendo a que necessita de mais atenção, pois segundo os técnicos

Se a inteligência se forma a partir do nascimento e se há "janelas de oportunidade" na infância quando um determinado estímulo ou experiência exerce maior influência sobre a inteligência do que em qualquer outra época da vida, descuidar desse período significa desperdiçar um imenso potencial humano. Ao contrário, atendê-la com profissionais especializados capazes de fazer a mediação entre o que a criança já conhece e o que pode conhecer significa investir no desenvolvimento humano de forma inusitada. Hoje se sabe que há períodos cruciais no desenvolvimento, durante os quais o ambiente pode influenciar a maneira como o cérebro é ativado para exercer funções em áreas como a matemática, a linguagem, a música. Se essas oportunidades forem perdidas, será muito mais difícil obter os mesmos resultados mais tarde.

A medida que essa ciência da criança se democratiza, a educação infantil ganha prestígio e interessados em investir nela.

Diante deste contexto, em que tentamos levar aos pais um conhecimento que reforça e eleva sua auto-estima, visando minimizar o sentimento de que tudo o que lhes é ofertado não passa de favor, entendemos que a melhor forma de se concluir a palestra seria falando sobre a **Afetividade**, quarta categoria. Assim, para podermos falar sobre a importância dos pais em manterem com as crianças uma relação afetuosa, e também, ensinando-lhes os limites, a fim de proporcionar às crianças um desenvolvimento humano condizente com sua faixa etária, recorreremos à literatura da área da Psicologia.

Nesse sentido, tratando-se a afetividade de um aspecto correlato ao desenvolvimento humano, especialistas reforçam a importância deste estudo, alertando que

---

<sup>26</sup> Para saber mais sobre o assunto, acessar a página do Ministério da Educação, na Internet.



A criança não é um adulto em miniatura. Ao contrário, apresenta características próprias de sua idade. (...) Estudos e pesquisas de Piaget demonstram que existem formas de perceber, compreender e se comportar diante do mundo, próprias de cada faixa etária (...) Estudar o desenvolvimento humano significa descobrir que ele é determinado pela interação de vários fatores [hereditariedade; crescimento; maturação neurofisiológica; meio] (...) que dissociados e em permanente interação afetam todos os aspectos do desenvolvimento. (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1997, p.81-82)

Muito embora os autores reconheçam que o desenvolvimento humano deva ser compreendido em sua totalidade, para efeito de estudo, esta abordagem tem sido feita a partir de quatro aspectos (físico-motor; intelectual, afetivo-emocional; social), dentre os quais encontramos o campo das sensações, o sentir ligado ao aspecto afetivo-emocional, ambiente em que o indivíduo cria um modo particular de integrar as suas experiências.

Para Sawaia apud Bock; Furtado; Teixeira (1997, p.190), "o homem se afirma no mundo objetivo, não só no ato do pensar, mas com todos os sentidos, até com os sentidos mentais (vontade, amor e emoção)". Isto reforça a necessidade de se estudar o homem em todos os aspectos, e não só nos que dizem respeito ao estudo da razão e cognição. Assim, reconhecemos que existe uma real importância do aspecto da afetividade na vida psíquica.

Segundo Bock; Furtado; Teixeira (1997, p.191), "a afetividade é composta de dois afetos básicos: o amor e o ódio, (...) estão sempre presentes em nossa vida psíquica e também estão juntos em nossas expressões, ações e pensamentos".

A esse respeito, Bom Sucesso (1999, p.14) nos alerta que "o afeto afirmativo significa participar ativamente da vida emocional da criança, definindo limites e dialogando", o que auxilia na construção de pessoas com maior habilidade para lidar com a vida e seus conflitos.

Segundo esta autora, pesquisas vêm demonstrando que crianças que recebem afeto e limites de forma equilibrada, desenvolvem uma série de características que as colocam mais preparadas para o enfrentamento



de problemas do cotidiano nas diversas fases da vida. Geralmente, são crianças que "apresentam maior competência interpessoal, pensamento realista, comportamento ético e capacidade para solucionar problemas. Mantêm o otimismo e a capacidade de motivar a si mesmos". (BOM SUCESSO, 1997, p.13).

Neste contexto, podemos compreender que o aspecto da afetividade, voltado para o afeto positivo<sup>27</sup>, é de suma importância para um desenvolvimento infantil equilibrado e sadio, já que este implica na construção de um sujeito integral, permeado por sentimentos de segurança, de existir como pessoa importante para a família e na sociedade em geral.

Neste sentido, percebemos que é de extrema importância que os pais busquem compreender a si mesmos, melhorando sua auto-estima, cuidando de sua saúde física e mental para, então, poderem transmitir mais afeto positivo aos filhos, fator tão necessário ao desenvolvimento da criança.

Afora estas categorias mais abrangentes, existe uma que é perpassada por todas as outras: a **Família**. Como pudemos perceber, as diversas leis colocam a família como sendo o sustentáculo da sociedade, incumbindo-a de dar conta das crianças, dos idosos, das mulheres, da saúde, da higiene, das finanças, da educação, entre outros elementos psicológicos, sócio-econômicos e culturais.

Entretanto, Carvalho et al (1998) adverte-nos, que ao longo dos tempos, as famílias vêm perdendo muitas de suas funções, a exemplo da educação das crianças que vem sendo exercida cada vez mais cedo pelo Estado. Porém, reserva-se às famílias duas funções fundamentais: a socialização primária e o suporte afetivo, ambas de extrema importância para a identificação social dos indivíduos - que dá origem ao cidadão; e na construção da identidade pessoal e social, a partir de um suporte de proteção e socialização de seus membros.

---

<sup>27</sup> Por **Afeto Positivo** entendermos a qualidade da categoria Amor que contribui para a construção do sujeito.



CARVALHO et al (1998, p.11), contextualiza a família enquanto grupo social, afirmando que:

É a partir da constituição da família como grupo social que se estabelecem as relações com a sociedade a que ela pertence. Como cada sociedade tem sua história e sua cultura, são diversas as formas de ser família, as maneiras de criar os filhos, os costumes relativos ao matrimônio e até mesmo os papéis relativos ao homem e à mulher.

Estudos e pesquisas comprovam que não existe um modelo pronto e acabado de família. Muito embora, ao longo dos tempos, tenhamos nos impregnado da ideologia apregoada pela institucionalização da chamada família nuclear, monogâmica, heterossexual e patriarcal, este padrão foi sendo desmistificado, principalmente, após a Segunda Grande Guerra, quando a ciência avança em direção a um conhecimento mais aprofundado a respeito do ser humano social, numa abordagem sistêmica sobre a família.

A esse respeito, Mito (1997, p.22), argumenta que:

A família como um sistema aberto possui, como qualquer outro ser vivo, um ciclo vital e, portanto, não pode constituir uma estrutura estática. Está em constante transformação a fim de adaptar-se às exigências originárias tanto do mundo interno (membros, subsistemas) como externo (outros sistemas) sem, contudo, perder sua integridade.

O mundo interno familiar vivencia situações de doenças, mortes, separações, que são exemplos de pressões que impulsionam a família para novas formas de adaptações, incluindo o próprio desenvolvimento de cada membro em situações como casamento, chegada do primeiro filho, fases de adolescência do filho, maturidade dos pais, saída dos filhos e velhice. Da mesma forma, a família vivencia pressões decorrentes do mundo externo que tanto podem afetar o conjunto familiar quanto podem afetar um de seus membros e a partir deste, influenciar todo o sistema. As pressões proveniente do meio



externo, dizem respeito a fatores tais como: relações de trabalho, crises econômicas, transferência de cidades, doenças crônicas e permanentes.

Neste contexto, Mito (1997) assevera que constituindo-se a família como uma entidade evolutiva, exige-se desta

(...) uma reestruturação das regras e das pautas de relacionamento que dependerá do grau de flexibilidade característico de cada unidade familiar. A impossibilidade de evolução para uma nova estrutura pode implicar no surgimento de padrões disfuncionais que podem estabilizar-se e ser um elemento gerador de conflitos. (MIOTO, 1997, p.23)

Neste sentido, compreendendo que a família contemporânea vem sendo alvo de fatores externos e internos causadores de conflitos psicológicos e emocionais, os quais podem levar à situações extremadas como a violência doméstica, buscamos repassar aos pais da Creche Dona Cota, informações sobre esses processos, com o intuito de elevar a auto-estima, já que são situações que surgem nas mais diversas famílias, independentemente de classe social e poder econômico.

#### 1.2.2.3.2 Preparando o material ilustrativo e o lembrete

O material ilustrativo fornecido pelas assistentes sociais do Projeto Mel, era composto por transparências confeccionadas a partir da cartilha "Compreendendo a Negligência na Família", que apresenta situações verídicas sobre denúncias feitas ao Projeto SOS Criança. São imagens que traduzem a realidade a partir de exemplos dos mais diversos sobre os descuidos dos pais em relação aos filhos: Negligências.

Assim, as figuras<sup>28</sup> mostram situações extremas que são relativizadas no transcorrer da apresentação, a partir da conversa interativa que vai se formando.

Entretanto, para que pudéssemos realizar a conversa, sistematizamos cada transparência, descrevendo seu contexto, analisando sobre seu conteúdo e pontuando considerações sobre os riscos para as crianças que vivenciaram cada situação. Vejamos os seguintes exemplos:

**A) Figura 1 - saúde:** crianças e animais com sarna; família naturalizando a situação como problema de nascença:

- a) explicar que sarna é uma doença contagiosa provocada por um parasito (ácaro) que costuma viver nos animais e plantas;
- b) se fosse piolho também seria uma doença transmitida por parasito e que pode se instalar na cabeça, no corpo ou no púbis (chato);
- c) esclarecer que o Posto de Saúde tem remédios apropriados para a cura dessas doenças;
- d) a presença da sarna ou do piolho nas crianças traz conseqüências não só físicas (coceiras, feridas, etc.) bem como, sentimentos de rejeição e humilhação devido ao afastamento de seus coleguinhas/grupo, provocando a baixa auto-estima, desvalorizando a si mesma perante os outros.

**B) Figura 2 - desenvolvimento infantil:** criança sem material por que o pai o jogou fora:

- a) desvalorização do mundo da criança;
- b) demonstra que ela não é importante.

---

<sup>28</sup> As figuras exemplificadas no trabalho constam do anexo.



**C) Figura 3 - higiene do ambiente e pessoal aliada a fatores econômicos e drogas:** casa suja, pai fumando em frente à TV, criança maior avisando que o menor pisou no cocô que já estava ali:

- a) podemos começar pensando no porquê da atitude do pai (apatia, desemprego, doença, culturalmente acha que este tipo de cuidado deve ser da mãe)
- b) podemos imaginar que o cigarro é maconha; o pai está "doidão": na dependência química o pai drogado perde a noção de tempo, espaço, força física; a droga como o álcool, são elementos desintegradores da auto-estima, fazendo com que ocorra a perda do afeto por seus familiares;
- c) orientar que a família deve buscar auxílio junto ao Posto de Saúde, no caso de distúrbio no estado emocional;
- d) deve buscar auxílio junto à creche no caso de desemprego, para um possível encaminhamento a algum órgão;
- e) a família deve ser orientada sobre doenças originadas da sujeira e das conseqüências psicológicas para as crianças, pois vivendo no lixo e na sujeira elas podem pensar que são parte do lixo e que qualquer um poderá tratá-las como lixo, mesmo quando chegarem na fase adulta.

**D) Figura 5: relacionamento/interação:** liberando o carro para a filha adolescente:

- a) crianças e adolescentes necessitam de rotina, limites, horários marcados, compreender a idade correta para participarem de determinadas ações( dirigir, beber, fumar, bailes, ficar na rua, etc.)
- b) a falta de limites passa uma mensagem de desamor, abandono e insignificância para a família;
- c) pode trazer conseqüências como comportamentos hiper-ativos, desordeiros/rebeldes, desestímulo para os estudos, etc.

d) a família poderá buscar ajuda junto à creche/escola que poderá estar proporcionando cursos, palestras, formando grupos de apoio para facilitar a educação e compreensão de como agir.

**E) Figura 6: isolamento familiar:** a criança não pode participar da festinha da amiga porque a família entende que não é bom conversar com estranhos:

- a) o isolamento da família pode estar sendo causado por fatores culturais, econômicos ou psicológicos;
- b) o problema deve ser levado ao conhecimento do orientador pedagógico da creche ou escola; a família poderá procurar o Conselho Tutelar para obter orientações de como agir, já que a pessoa mais prejudicada com essa atitude é a criança;
- c) a criança cria sentimentos de rejeição e terá dificuldades de relacionamento com grupos; inclusive, na fase adulta pode não conseguir se oferecer para qualquer tipo de trabalho, já que não aprendeu a se comunicar.

**F) Figura 7: rede de serviço público:** Posto de Saúde em greve, criança necessitando de atendimento de emergência:

- a) a família poderá procurar o Conselho Tutelar que deverá providenciar atendimento e comunicar, se for o caso, a precariedade do serviço público ao Ministério Público;
- b) caso a família não busque seus direitos, passará a idéia para a criança de que ela também não tem direitos e nunca os terá;
- c) a criança não conseguirá tomar decisões quando necessário.
- d) os pais devem ser orientados a buscarem o Posto de Saúde regularmente, para si e para seus filhos.
- e) falar sobre a importância da denúncia



**G) Figura 11: trauma de infância dos pais:** quando o filho pede ajuda à mãe para fazer seus deveres de escola e a mãe se nega porque ela não recebeu esta atenção de seus pais;

- a) a mãe poderá estar passando para seu filho a impressão de que ele está só; de que ninguém poderá ajudá-lo;
- b) esta mãe está presa à cultura de seus pais e não conseguindo libertar-se do passado, traz em si a mensagem de abandono que é passada para seu filho, inconscientemente;
- c) esta atitude, para a criança, além do sentimento de solidão, poderá estar colaborando com o rebaixamento da auto-estima que a criança tenha por si mesma;
- d) esta mãe poderia tomar a atitude de conversar com a professora ou orientadora pedagógica sobre sua dificuldade em lidar com tal situação.
- e) esta mãe, provavelmente, precisa de atendimento psicológico.

**H) Figura 14 - desenvolvimento infantil:** a mãe desconhece os diferentes estágios de desenvolvimento da criança.

- a) a mãe deixa a criança sozinha por achar que aos 4 anos ela já tem autonomia para isso;
- b) a criança nessa idade cria fantasias e é muito curiosa; poderá sentir medo ou ainda acidentarse, por exemplo, com fósforos, colocando fogo na casa;
- c) muito embora a mãe ache que ensinou tudo ao filho, como não abrir a porta, atender ao telefone ou ligar para a polícia, esta criança ao assustar-se com alguma coisa poderá desenvolver um bloqueio mental ou motor, esquecendo-se de tudo o que lhe foi ensinado;
- d) esta mãe deverá ser orientada sobre as fases de desenvolvimento da criança.



Esta estratégia de ação trouxe maior segurança na hora da explanação sobre cada conteúdo, inclusive motivando a participação dos pais em relatar alguns de seus problemas ou na recordação de situações do cotidiano, como foi o caso da figura 5<sup>29</sup> que nos levou a falar sobre um anúncio de televisão o qual estava sendo veiculado por aqueles dias. Este anúncio mostrava a filha pedindo ao pai para sair com a "melissa" e ele, sem olhar para a menina, mantendo seus olhos fixos na televisão, não reparou que ela estava falando de sua sandália nova. Este anúncio foi relatado na íntegra por uma mãe participante, e motivou os demais a debaterem a questão da atenção aos filhos e da necessidade de se estar participando da vida deles, conhecendo seus amigos e familiares, numa demonstração de respeito e interesse, sempre num clima de segurança e afeto.

Outro ponto bastante significativo na construção da palestra, foi a confecção de um lembrete - ou de uma lembrancinha como se costuma chamar - elemento que traz à memória alguns pontos colocados durante a exposição. Optamos por confeccionar um objeto<sup>30</sup> que pudesse ser afixado, por exemplo, na geladeira, pois costuma ser um eletrodoméstico utilizado por todos os membros da família, possibilitando uma rememoração cotidiana da palestra.

Assim, além de colocarmos uma frase central, identificando o objetivo da palestra, deixamos três espaços em branco, para que os participantes registrassem as palavras que mais lhes chamaram a atenção.

Este entrelaçamento de idéias tornou-se conexo a partir do entendimento de que o trabalho com prevenção requer, não uma ação contra alguma coisa (um pé atrás), mas sim, ações pró-ativas no sentido de integrar as diversas linhas do conhecimento.

---

<sup>29</sup> Esta figura foi apresentada com o intuito de mostrar aos pais que o descuido com crianças e adolescentes ocorre em qualquer classe social, demonstrando, dessa forma que nem sempre existe relação direta entre negligência e pobreza.

<sup>30</sup> Vide foto da lembrancinha em anexo.



### 1.2.3 Avaliando a palestra: o impacto imediato da palestra sobre os participantes na visão do palestrante

Nossa avaliação diz respeito à forma como nos apresentamos e conseguimos nos relacionar com os participantes (feed-back imediato) frente às condições estruturais ( espaço físico e acomodações) oferecidas pela Creche.

A avaliação que fazemos do impacto da Palestra<sup>31</sup> sobre os participantes, está centrada no processo de interação que foi sendo construído entre palestrante e participantes,<sup>32</sup>, implicando num captar de situações diversificados (gestos, expressões corporais, olhares), os quais não podem ser mensurados por meio de perguntas.

Assim, num primeiro momento, ficamos muito gratificados pela quantidade de pessoas (37 assinantes) que compareceram - e permaneceram durante as duas horas de apresentação (18 às 20 horas), demonstrando interesse em aprender, dialogar e trocar experiências.

Inicialmente, havíamos preparado a palestra pensando em utilizar todas as transparências estudadas. Entretanto, fomos surpreendidos com um lanche a ser servido, aos participantes, no transcorrer da palestra. Como seria difícilimo apresentarmos transparências com pessoas transitando, mudamos nossa estratégia decidindo introduzir o conteúdo da palestra contando um pouco sobre a construção histórica da importância da infância, incluindo seus direitos (ECA), enquanto as pessoas lanchavam com as luzes acesas. Para nossa surpresa, as pessoas não se levantaram de seus lugares, mantendo-se totalmente atentas ao que falávamos. Seus olhos brilhavam, algumas sacudiam a cabeça de forma afirmativa, concordando com o que estava sendo dito. Tive a impressão de que todos estavam ávidos por conhecimentos. Passados vinte minutos,

<sup>31</sup> Vide fotos da palestra em anexo.

<sup>32</sup> Segundo Minayo (1999, p.59), esta forma de observação da realidade, denomina-se por técnica de observação participante, em que "o observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. (...) ao mesmo tempo pode modificar e ser modificado pelo contexto".



como ninguém se levantara, sugeri que fizéssemos uma pausa de cinco minutos para que o lanche fosse servido. Assim ocorreu. Passado esse período, iniciamos com as transparências e conforme íamos apresentando, buscávamos interagir com o público dando outros exemplos, o que fez com que eles usassem suas próprias vidas como expressão da realidade. Houve muita interatividade; a experiência de um estimulava o outro; e quando não, os exemplos vinham dos meios de comunicação, como ocorreu com o caso, já mencionado anteriormente, sobre anúncio da sandália "melissa".

Devido a interação que se formou, conseguimos falar sobre alguns pontos muito importantes, como a necessidade de se organizar grupos de pais para participarem das atividades propostas pela Creche; a importância da denúncia como um veículo de apoio à vítima; sobre a extrema importância de se melhorar a auto-estima para conseguir compartilhar com os filhos uma vida plena de afetos positivos.

Percebemos que os participantes ficaram bastante emocionados com as informações sobre a influência de uma vida afetiva (afetos positivos e negativos) para filhos e pais. Assim, para encerrarmos a palestra, colocamos uma transparência, contendo uma mensagem apelativa de uma criança para seus pais, que dizia o seguinte:

#### **Por favor, Mamãe e Papai ...**

**Minhas mãos são pequenas** - eu não derramo meu leite de propósito.

**Minhas pernas são curtas** - por favor andem devagar, assim eu posso acompanhá-los.

**Eu amo coisas brilhante e bonitas**, então tenham paciência comigo quando eu tento tocá-las.

**Por favor, olhem para mim quando eu falo com vocês** - eu me sinto muito bem quando sei que vocês estão me ouvindo.

**Eu preciso experimentar coisas novas** - me ajudem a fazer erros sem me sentir estúpido.

**A cama que eu faço ou o quadro que desenhei podem não ser perfeitos** - só me amem por tentar

**Lembrem-se**, eu sou uma criança, não um adulto pequeno. Algumas vezes eu não entendo quando vocês estão falando.

**Eu os amo**, me ajude a entender que vocês me amam pelo que SOU. (In: Virgínia Coalition For Child - Abuse Precention Month, 1996)



Outro ponto surpreendente, foi a permanência das pessoas no recinto, até o final, e, também, a forma intensa como aplaudiram a palestra; muitos vindo cumprimentar-nos e conversar, ainda, sobre questões particulares de suas vidas. Uma das mães chamou muito nossa atenção quando ao final ela cumprimentou-nos dizendo: "*Cada vez que **vocês** vêm aqui é uma luz que se acende em meu caminho, me lembrando sempre as coisas, obrigada*". Esta mãe, fez referência à sua participação em palestra anterior que havia sido ministrada pelas assistentes sociais do Projeto Mel, naquele mesmo ano, quando participamos como estagiária no papel de observadora.

Diante do exposto, por todas estas apreensões da realidade que não podemos mensurar e pelas diversas considerações feitas pelos participantes, é que avaliamos a palestra um sucesso no caminho da prevenção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pudemos perceber, - não só durante a vivência de nosso estágio junto ao Projeto Mel, mas também, durante o processo de construção deste Trabalho de Conclusão de Curso (T.C.C.) - trabalhar com Prevenção à Violência Doméstica contra crianças e adolescentes é uma atividade que exige do profissional um constante renovar de conhecimentos teórico - metodológicos, bem como a manutenção de uma postura pessoal positiva, receptiva e vibrante, frente a aquisição de novos conhecimentos provenientes das mais diversas áreas do saber, constituindo, assim, um conjunto de conhecimentos interdisciplinares que permitam vislumbrar e compreender a realidade apresentada. Dentre este conjunto de conhecimentos pudemos, ao longo deste processo de construção do conhecimento, contar com a contribuição científica da Antropologia, Filosofia, Psicologia, Sociologia, Pedagogia, Economia, Administração, incluindo a Estatística, e, ainda, contamos com a Medicina e a Enfermagem, que contribuíram com diversas orientações ligadas à área da saúde, a exemplo de informações sobre HIV/AIDS e DST, alcoolismo e drogas em geral, e, também cuidados com higiene pessoal e saneamento básico. Cabe-nos incluir, ainda, os conhecimentos oriundos da Informática os quais auxiliaram na construção de trabalhos criativos, ressaltando habilidades pessoais. Assim, a consolidação dessas forças, aliada a vontade do profissional de querer aprender e repassar conhecimento através de sua habilidade, nos parece o caminho para a



efetivação dos objetivos propostos, pela estratégia de Prevenção, numa intervenção profissional dirigida ao conjunto da sociedade.

Percebemos, também, que trabalhar com este tipo de estratégia de Prevenção abre espaço para a mudança de alguns crenças e pensamentos enraizados na sabedoria popular ao longo dos séculos, a saber:

- 1 ) Os pais ou responsáveis sempre sabem o que é melhor para seus filhos: é necessário que os pais sejam informados a respeito das etapas do desenvolvimento emocional de seus filhos desde as consultas do pré-natal, passando pelas de puericultura e destas para as reuniões de pais nas creches, escolas e locais destinados à práticas esportivas, etc;
- 2) O lar é o espaço de segurança para crianças e adolescentes: se a afirmação fosse verdadeira, não haveria a necessidade de se investir em prevenção à violência doméstica e nem de se estabelecer uma rede social que se mostre atenta e disponível a prestar solidariedade às famílias que estejam passando por momentos de crise tal que as impeçam de prestarem os cuidados necessários aos seus filhos;
- 3) Os filhos são de responsabilidade exclusiva dos pais, cabendo a eles educá-los e sustentá-los: a este respeito, o Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente vem atribuir responsabilidade não só à família, mas também à sociedade e ao poder público; cabendo a este último, a criação de serviços adequados às necessidades da criança/adolescente; e aos dois primeiros, a obrigação de cobrar do Estado sua participação, em caso de omissão.

No transcorrer deste trabalho, fizemo-nos o seguinte questionamento: qual seria a melhor forma de se conscientizar a sociedade sobre seu papel, tanto nas questões de cidadania quanto na interação de relações inter-pessoais, para que se consiga viver em família, ou em comunidade e quem, sabe num país ou planeta, com equilíbrio harmonia e satisfação mútuas? Acreditamos encontrar o caminho na Prevenção.



Consideramos que prevenir é educar; é levar luz às consciências sobre a necessidade de uma transformação do próprio comportamento, através de um educar não autoritário e ditador, mas sim, orientador, esclarecedor. A Prevenção traz em si uma ação promotora de reflexão sobre o passado e suas conseqüências no presente e para o futuro; promove o diálogo, a troca de informações, gerando um novo modo de pensar e agir. Assim, arriscamos considerar que a perspectiva da Prevenção, enquanto emergência de um contexto social, é um passo no desenvolvimento psicológico da sociedade, pois estamos questionando os modelos oferecidos e nos tornando capazes de pensar em alternativas e percursos diferentes.

Entretanto, em meio aos questionamentos surgiram conflitos de idéias a respeito do comportamento humano diante da sociedade. Algumas teorias sociais tem buscado ao longo das últimas décadas, justificar o crescente número de agressões intra-familiares (pais que agridem fisicamente seus filhos e vice-versa, levando-os à hospitalização e por vezes a óbito), bem como de casos de tentativa de homicídio e homicídios consumados, numa perspectiva da individualidade, sem considerar o contexto em que os sujeitos vivem. Por outro lado, encontramos algumas outras teorias que ainda difundem a correção do indivíduo através do chamado "psicotapa".

As diversas situações que vivenciamos ao longo de nosso processo de apreensão da práxis profissional, contribuiu com a percepção de que o comportamento agressor/vítima não se constitui isoladamente. Consideramos que a ideologia do "psicotapa" - que anula a vontade do mais fraco através da força - faz parte de um processo promotor de diversos desdobramentos violentos, existentes no cotidiano e noticiados através dos meios de comunicação. A exemplo, temos os casos: do assaltante que espanca sua vítima para obrigá-la a entregar-lhe seus pertences, por que aprendeu que com violência e não com esforço, tolerância e trabalho se consegue o que quer; o adolescente que atea



fogo no índio por que aprendeu que o corpo do mais indefeso é de sua propriedade, assim como ele próprio foi um dia, propriedade daqueles que o (des)educaram; ou, ainda, o diretor do grande jornal que mata a tiros a mulher a quem dizia amar por que ela não se submeteu à sua vontade.

Portanto, a tarefa dos que estão imersos na luta, por uma vida sem violência, situa-se em ajudar essa sociedade a transformar seus “sonhos adolescentes” em realidade. Precisamos esclarecer cada família que pudermos alcançar, que “bater para obrigar a obedecer não ensina a obedecer” mas sim, ensina a “bater para obter o que se quer”.

Consideramos que por todos estes acontecimentos é que vêm sendo reforçado o entendimento de que a Prevenção é um instrumento educativo que mexe com nossa história passada e presente, conduzindo-nos ao processo de transformação que, na maioria das vezes, tem início com a valorização de nosso mundo exterior, mas que, fatalmente, terá que perpassar nosso mundo interno, diante da necessidade de se conjugar a ética individual com a responsabilidade social.

Diante de todo o contexto que nos ensinou a escrever o trabalho sobre Prevenção à Violência Doméstica, consideramos o estágio um instrumento valorosíssimo de nossa capacitação para o efetivo exercício profissional, possibilitando-nos a apreensão do real em articulação com o conhecimento adquirido nos limites da sala de aula. Ou seja, o estágio é um instrumento significativo na qualificação do aluno para o mercado de trabalho, pois se mantém embasado pelo tripé: dados da realidade - objeto da intervenção; recorrência a conceitos e referências teóricas abstraídos do conhecimento cumulativo; e treinamento para a ação profissional.

Neste sentido, o estágio junto ao Projeto Mel, contribuiu para a ratificação de uma visão da prática como um caminho para a reflexão conceitual acerca do contexto sócio-institucional, desvendando estratégias de ação que pudessem dar conta do surgimento de novas demandas no contexto profissional.



Diante disso, entendemos que conseguimos reunir e reelaborar o conjunto de conhecimento apreendido ao longo do curso, atualizando-o e aprofundando-o, conforme foram sendo necessárias sua aplicabilidade no enfrentamento das singularidades expressas no cotidiano.

Desta forma, consideramos ter vivenciado e apreendido as várias formas do fazer profissional, numa perspectiva de reflexão sobre o como agir e o porquê, baseando-nos, sempre, nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa que circundam o Serviço Social.

Percebemos que os resultados das ações implementadas pelo Projeto Mel, dependeram de vários fatores, dentre os quais a subjetividade das pessoas envolvidas. Este é um dos principais pontos, já que as transformações na sociedade passam necessariamente pela conscientização das pessoas em relação aos seus papéis enquanto sujeitos de direitos. Isto quer dizer: quanto maior a conscientização, maiores e melhores serão os resultados no conjunto da sociedade. É neste sentido que compreendemos a necessidade de capacitar todas as pessoas que lidam com a família e seus conflitos, habilitá-las para trabalhar com o humano. A nosso ver, a estratégia de Prevenção à Violência, de acordo como vem sendo implementada pelo Projeto Mel, - em face da abrangência de seu conteúdo educativo - deveria ser o ponto de partida para a conscientização de todas pessoas que trabalham em áreas envolvidas com os direitos de crianças e adolescentes, ou seja, a proposta de capacitação contida no Plano de Ação/2001, deveria ter sido iniciada no complexo Cidade da Criança, com todos os envolvidos, desde o funcionário de serviços gerais, passando pelos motoristas, técnicos, e, chegando, principalmente, junto ao Conselho Tutelar.

Percebemos, ainda, a existência de mais alguns pontos dificultadores na construção de resultados efetivos, ou seja na construção de resultados que consigam ultrapassar as linhas da eficácia e eficiência. Assim, elegemos como um dos pontos dificultadores, a formação de redes e parcerias com entidades ligadas ao setor público, que vêm sofrendo



cortes orçamentários, pelo Governo Federal, afetando, assim, o ponto chave da questão que é a priorização de políticas voltadas para os direitos de crianças e adolescentes. Exemplificando, pontuamos os problemas ocorridos com os Sub-projetos Agenda-Aluno, suspenso por falta de verbas; e Capacitação de Agentes, deficitário no tocante à recursos materiais, pois ambos dependeram de entidades pertencentes ao setor público: a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Saúde, respectivamente. Significa dizer que o bom desempenho e a continuidade dos objetivos do Projeto Mel estarão intimamente ligados à liberação de recursos financeiros, humanos e tecnológicos por parte do Governo nas três instâncias: Federal, Estadual e Municipal. Outro ponto, ainda, bastante significativo, diz respeito às articulações político-administrativas que envolvem a própria estrutura interna da Gerência da Criança e do Adolescente. Isto porque, a ocorrência de alterações no organograma poderá paralisar a produção de material necessário à realização das atividades; como por exemplo, na ocorrência de substituição de pessoas nos cargos de confiança. Resumindo, percebemos que os resultados e o impacto das ações do Projeto Mel junto à população, somente poderão ser mensurados a médio e longo prazos, se tratados numa linha de continuidade.

Gostaríamos de ressaltar, também, que para um bom desempenho de suas atividades, o Projeto Mel necessita de um aparato ergonômico condizente com a gama de responsabilidades a ele atribuídas. Conforme pudemos perceber, dos onze objetivos específicos elencados pelo Programa Sentinela, no município de Florianópolis, o Projeto Mel tem participação efetiva em oito; ou seja, quase 73% do Programa exige a participação da estratégia de Prevenção em seus resultados. Estando o Projeto Mel voltado, também, para a produção intelectual de conhecimentos, exige, dos profissionais, um processo de reflexão e poder de concentração que dê conta de sua demanda. Neste sentido, vemos como um dos grandes dificultadores para o alcance da efetividade, a



estruturação do posto de trabalho que foi disponibilizado para o funcionamento do Projeto Mel. Ou seja, falta espaço físico individualizado, já que o Projeto Mel tem que dividir a mesma sala com o Projeto Acorde; faltam recursos materiais (equipamentos de informática, material de consumo, etc.) e faltam recursos humanos, já que um projeto desse porte conta apenas com duas assistentes sociais e um estagiário.

Não obstante tantas interferências para a apuração de resultados, acreditamos que somente a partir de ações de Prevenção como estas que vêm sendo implementadas pelo Projeto Mel, será possível a construção de uma nova consciência em direção à harmonia nas formas de relação tanto no âmbito da família quanto da sociedade em geral.

Consideramos que participar do trabalho com Prevenção ajudou-nos a perceber que o profissional do Serviço Social estará constantemente vivenciando angústias e que somente a consciência de que o conhecimento adquirido está sendo empregado e, ainda, aprimorado, é que o fará encontrar novos caminhos na resolução das situações que se apresentam.

Diante disso, acreditamos ser fundamental o sentimento de pertença do profissional em relação ao caminho escolhido para o exercício da profissão. Isto porque trilhando o caminho da Prevenção percebemos que para a realização de um trabalho tão próximo do humano, tão interrelacionado com o cotidiano, não podemos nos furtar do encontro com o outro; do pertencer ao mesmo palco da vida, ainda que no papel de personagem orientador e não produtor da situação conflitante com a qual nos deparamos. Compreendemos este sentimento de pertença não só como empatia, mas, principalmente, como o momento do cuidado com o semelhante. Cuidado este que nos faz ter em mente, sempre, algumas perguntas: Como fazer? Com quem falar? Que parcerias buscar? Que conhecimento preciso ter? O assunto da prevenção fez com que expandíssemos nossa capacidade de observação e reflexão, tanto em



relação à realidade cotidiana, quanto em relação ao nosso próprio processo de desenvolvimento.

Consideramos ser necessário que orientemos nosso coração para o aprendizado. Mas, não são apenas os cursos, palestras, livros e informações que transformam as pessoas; a transformação começa no encontro consigo mesmo, vislumbrando o próximo, a natureza, o cosmo; no encontro com o mistério, nos transformamos.

Enquanto ser humano, entendemo-nos como peça fundamental na construção de nossa própria rede de relacionamentos e participante, em potencial, da construção e manutenção da teia da vida.

Acreditamos, diante de todos os processos que vivenciamos, que a diferença fundamental entre o trabalho de prevenção a partir da violência doméstica e os trabalhos de prevenção pontuais, tais como: prevenção ao uso de drogas, prevenção à AIDS e DST, está na perspectiva da totalidade em que o primeiro se situa. Precisamos vislumbrar o todo. Não podemos mais fechar os olhos para a igualdade que existe nas diferenças. Precisamos ultrapassar esta crise de percepção e compreender que não conseguiremos sobreviver no isolamento. É hora de abriremos nosso coração para esta rede em que estamos inseridos e assumirmos o nosso papel de co-construtores de um processo de desenvolvimento humano que, almejamos, deverá se encaminhar para a paz

## **BIBLIOGRAFIA**

**ARANHA**, Maria Lúcia de Arruda e **MARTINS**, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução a Filosofia**, 2. Ed. São Paulo: Moderna, 1993

X **ARCOVERDE**, Ana Cristina Brito. **Questão social no brasil e serviço social**. In: Reprodução social, trabalho e serviço social. capacitação em serviço social e política social: módulo 02. Brasília: CFESS, ABESS, CEAD, UnB, 1999.

**BARBALET**, J.M. **A cidadania**. Lisboa: Estampa, 1989

X **BLAY**, Eva. In: LEVISKY, David Léo (org.), **Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, 31-34 p.

X **BOCK**, Ana M. Bahia; **FURTADO**, Odair; **TEIXEIRA**, Maria de Lourdes T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

**BOFF**, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano - compaixão pela Terra. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.



X **BOM SUCESSO**, Edina de Paula. **Afeto e limite**: uma vida melhor para pais e filhos. 1 ed, Rio de Janeiro: Dunya, 1999. 132 p.

X **BRASIL**. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de Outubro de 1988. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1988.

**CAPRA**, Fritjof. **A teia da vida** - uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

X **CARDOSO**, Daniela Eiliert, (org) et al., **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**. Florianópolis: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, Centro Crescer sem Violência, 1999.

Apostila do Curso de Capacitação para Conselheiros Tutelares e de Direitos de Santa Catarina.

X **CARVALHO**, Maria do Carmo Brant de, et al. **Serviços de proteção social às famílias** São Paulo: IEE/PUC - SP; Brasília: Secretaria de Assistência Social/ MPAS, 1998. 64 p.

**CENTRO DE ESTUDOS E ACOMPANHAMENTO DA CONSTITUINTE DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**. **A criança e o adolescente na constituição do Brasil**. [Brasília]: ed, ABIGRAF, [1989].

Texto elaborado pelo Prof. João Gilberto Lucas Coelho.

**CHAUÍ**, Marilena. **Convite à Filosofia**. 10. Ed. São Paulo: Ática, 1998.

**COLL**, César; **PALACIUS**, Jesús e **MARCHESI**, Alvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação**: psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, 1v.

X **COSTA**, Antônio Carlos Gomes da. **O novo direito da criança e do adolescente no Brasil**: o conteúdo e o processo das mudanças no

panorama legal. Cadernos CBIA, Centro Brasileiro para a Infância e Juventude. Ano I, n. 2, Rio de Janeiro: MMFREIRE, Ministério da Ação Social. 1990

\_\_\_\_\_.In: **Discutindo a assistência social no Brasil:** ciclo de seminários. Brasília: MPAS. SEAS, 1997. 144 p. (133-121) MPAS, Ministério da Previdência e Assistência Social; Secretaria de Assistência Social, 1997.

**CRESS**, Conselho Regional do Serviço Social. **Coletânea de leis**. 12 ed. Santa Catarina. Gestão 1996/1999. 147 p.

**CREMA**, Roberto de Souza. **Saúde e plenitude**. um caminho para o ser São Paulo: Summus, 1995.

**DEMO**, Pedro. **Pobreza política**. 4. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.

X **DESLANDES**, Suely Ferreira. **Prevenir a violência**: um desafio para profissionais de saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/CLAVES - Jorge Careli, 1994. 40 p.

X **FIGUEIREDO**, Mauro Teixeira de. **O avesso da violência**: o movimento nacional de meninos e meninas de rua e a luta pela cidadania para crianças e adolescentes no Brasil. Florianópolis, 1996.  
Dissertação de mestrado em Sociologia Política, UFSC, 1996

**GADOTI**, Moacir. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

**GOHN**, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995. 195 - 213 p.



**GOMES, Romeu.** Análise da dados em pesquisa qualitativa. In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, 67-80 p.

Organizadora: Maria Cecília de Souza Minayo.

**HERKENHOFF, João Baptista.** Direitos Humanos: uma idéia, muitas vozes. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1998.

**IAMAMOTO, Marilda Vilela.** O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza/CE: CRESS/CE. 1997. 38-50 p.

**LERNER, Lea.** Criança também é gente. 3 ED. Rio de Janeiro: Bloch, 1980.

X **MIOTO, Regina Célia T.** Família e saúde mental: contribuições para reflexão sobre processos familiares, Florianópolis, n.2, p. 20-26, maio, 1997. Semestral.

Revista Katálisis, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico. Departamento de Serviço Social.).: UFSC, 1997.

X **MALDONADO, Maria Tereza.** Os construtores da paz: caminhos para a prevenção da violência. São Paulo: Moderna, 1997.

**MEDIDAS BÁSICAS PARA A INFÂNCIA BRASILEIRA.** [ s.l.]: ed, Oficina de Idéias, [19--].CBMM/FUNDAÇÃO ABRINQ/UNICEF.

**MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.).** Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

**NOGUEIRA, Madza Julita (org).** Todos pela educação no município: um desafio para dirigentes. Brasília: brasil, 1995.

**NOGUEIRA**, Vera Maria Ribeiro; **OLIVEIRA**, Heloisa Maria José de. **Curso de formação profissional**: um projeto de atualização. Florianópolis: CRESS\_\_\_\_\_, 1998. 70 p. Módulo II. n.04.

**PREVIDA**: programa prevenção, educação e vida. Florianópolis: IOESC, 1992.

Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto, Diretoria e Ações Integradas, coordenado por Salete Maria Vizzoto

**PRIORI**, Mary Del (org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

**REVISTA**, Katálysis. **Seguridade, Assistência social e cidadania** Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico. Departamento de Serviço Social. N.1 (junho,1997). Florianópolis: Editora da UFSC, 1997, 98 p. Semestral.

**SHINYASHIKI**, Roberto. **Pais e filhos, companheiros de viagem**. 1. Ed. São Paulo: Gente, 1992

**SILVA**, Maria Dulce. **O estágio na formação profissional**: elementos para análise. [Florianópolis, 199?], 147-153 p

**SOUZA**, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade - participação**. 4 ed. São Paulo: Cortez. 1993, 165-201 p.

**STEINER**, Rudolf. **A Educação da Criança**: segundo a ciência espiritual. 3. Ed. São Paulo: Antroposófica, 1996



**SUNG**, Jung, Mo e **SILVA**, Josué Cândido da .**Conversando sobre ética e sociedade.**  
Petrópolis, RJ: vozes, 1995

**TENÓRIO**, Fernando (org.). **Gestão de ongs:** principais funções gerenciais. 3. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 140 p.

X **TIBA**, Içami. **Seja feliz meu filho!:** como as expectativas dos pais podem favorecer ou prejudicar o crescimento do adolescente. São Paulo: Gente, 1995.

**TODOS TEMOS DIREITOS.** São Paulo: Ática, 1999, ed. 2.

Um livro sobre os direitos humanos, escrito, ilustrado e editado por jovens do mundo inteiro.

## **ANEXOS**



A vida é assim quem ama sofre  
quem sofre sente, quem sente luta  
e quem luta

# VENCE

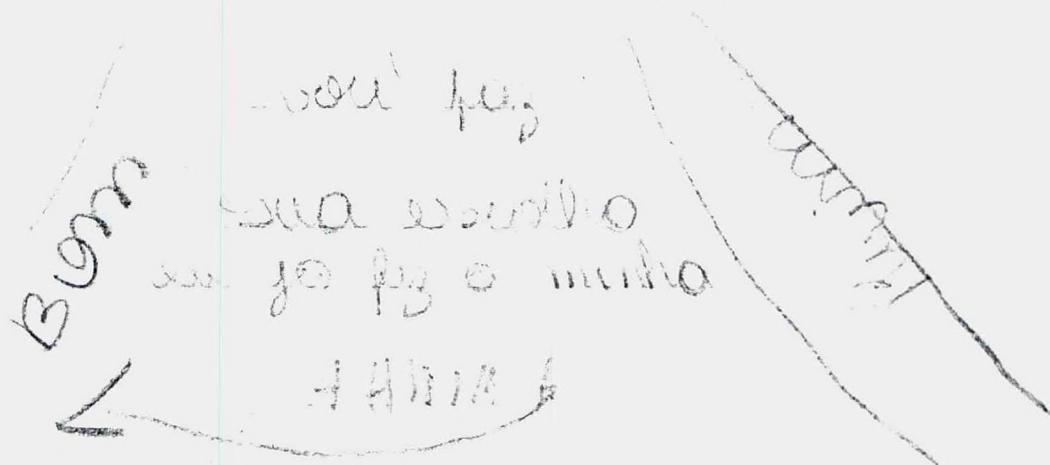
A vida só é vida quando esta  
envolvida com a vida de outra

# VIDA

A vida é assim quem eu amo  
não me ama e quem eu amo sofre  
por mim.

A vida é igual um compasso  
só que o diâmetro é que com o  
compasso você faz o círculo que  
quiser 060. etc.

A vida real tem duas instâncias



QUESTIONÁRIO: AVALIAÇÃO DA CAPACITAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS

1) O curso correspondeu às suas expectativas?

( ) sim ( ) não ( ) em parte.

Comente:.....

2) A duração do curso foi adequada ao conteúdo desenvolvido?

( ) sim ( ) não.

Comente:.....

3) Que grau de utilidade, para o desempenho de sua funções, terão os conhecimentos adquiridos?

( ) muita utilidade

( ) utilidade razoável

( ) pouca utilidade

( ) nenhuma utilidade

( ) tiveram utilidade somente para a vida

Comente:.....






4) Qual o conteúdo que você mais gostou?

.....

5) Qual o conteúdo que você menos gostou?






.....

6) O desempenho do instrutor foi:

 <input type="checkbox"/>	 <input type="checkbox"/>	 <input type="checkbox"/>	 <input type="checkbox"/>	 <input type="checkbox"/>
5. Muito Bom	4. Bom	3. Satisfatório	2. Regular	1. Ruim

Comente:.....

7) O local foi adequado?

 <input type="checkbox"/>	 <input type="checkbox"/>	 <input type="checkbox"/>	 <input type="checkbox"/>	 <input type="checkbox"/>
5. Muito Bom	4. Bom	3. Satisfatório	2. Regular	1. Ruim

Comente:.....

8) Comente sobre o material didático utilizado:.....

9) Você deseja fazer algum comentário ou dar sugestões para os próximos cursos?.....



## ROTEIRO

### AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

GRUPO: \_\_\_\_\_ (Local: \_\_\_\_\_)

Respostas: \_\_\_\_\_ componentes

1) Expectativas:

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_ Em parte: \_\_\_\_\_

Comente:

---

---

2) Duração do curso:

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_

Comente:

---

---

3) Utilidade:

Muita: \_\_\_\_\_ Razoável: \_\_\_\_\_ Pouca: \_\_\_\_\_ Nenhuma: \_\_\_\_\_ Vida: \_\_\_\_\_

Comente:

---

---

4) Conteúdo mais gostou:

---

---

5) Conteúdo menos gostou:

---

---

6) Desempenho do instrutor:

Muito bom: \_\_\_\_\_ Bom: \_\_\_\_\_ Satisfatório: \_\_\_\_\_ Regular: \_\_\_\_\_ Ruim: \_\_\_\_\_

Comente:

---

---

6.1) Local:

Muito bom: \_\_\_\_\_ Bom: \_\_\_\_\_ Satisfatório: \_\_\_\_\_ Regular: \_\_\_\_\_ Ruim: \_\_\_\_\_

Comente:

---

---

7) Material didático:

---

---

8) Comentário geral e sugestões:

---

---

ROJETO MEL/2001

**TABELA - RESULTADO GERAL DO QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA CAPACITAÇÃO PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE**

**Nº. Participantes do Curso : 447**

Questões:

**1)Expectativas:**

Sim: 409	Não: 03	Parte: 10	Comente: 317
----------	---------	-----------	--------------

Comentários:

S/ coment:	116	Apreendi sobre Direitos	1
Muito interessante:	6	Esclareceu dúvidas:	48
Fiquei chocada com a dimensão da V.D.C:	21	Instrutivo/informou para o dia a dia:	22
Bom aproveitamento/ orientou decisões:	12	Acrescentou e trouxe conhecimento/ sabedoria	44
Deu segurança/descobri formas de ajudar:	10	Apreendi a ver meus filhos:	4
Percebi que denunciar é importante:	4	Ajudou-me no lar/vida familiar:	11
Enriqueceu a mim e ao trabalho dos agentes:	7	Não imaginava/muito bom:	5
Descobri que seres humanos sempre cometem violência doméstica:	4	Ótimo/excelente/ válido:	15
Além das expectativas:	29	Apresentou novas realidades:	5
Facilitou a reconhecer agressores/vítimas:	8	Capacitou par o atendimento:	13
Analisei minha infância e	5	Reflexão / despertar / abriu a	14



adolescência/reflexão do passado:		mente / consciência:	
Mostrou o que não enxergamos:	2	Foi bom ouvir as experiências:	6
Gratificante:	4	Percepção das conseqüências:	1
Já consegui colaborar com clientes:	1	Trouxe compreensão sobre meus pais:	2
Alerta para o trato com nossos filhos	6	Aprendi sobre infância passada e atual	2
Deveria ser estendido às Universidades	1	O melhor curso	7
Tirou o medo de fazer denúncias	1	Podemos aliviar sofrimentos	1
Aproxima das famílias:	1	Correspondeu, mas preciso de terapia:	1
Conteúdo bem colocado:	1	Aprendi que preciso mudar:	1
Aprendi sobre o comportamento de crianças:	1	Posso orientar pessoas:	1
Preocupe-me mais com as crianças da comunidade:	1	Profissional competente:	1

(ESTE É UM EXEMPLO, AS QUANTIDADES NÃO EXPRESSAM O REAL)

**Fotos relativas ao curso de Capacitação  
para os Agentes Comunitários de Saúde,  
ministrado pela Assistente Social Salete**





**Fotos relativas ao curso de Capacitação  
para os Agentes Comunitários de Saúde,  
ministrado pela Assistente Social Lilian**





#### 4 Considerações Finais

O curso "**Agentes da Infância**" selou uma importante parceria entre as secretárias de Saúde e de Habitação , Trabalho e Desenvolvimento Social, através do programa Agentes Comunitários de Saúde e Projeto Mel.

O retorno da capacitação poderá ser sentido a curto (através do presente relatório de avaliação) médio e longo prazo, à medida que os agentes se tornarem multiplicadores e parceiros dos órgãos de proteção no atendimento de casos de violência contra crianças e adolescentes.

As falas colocadas pelos treinados no decorrer dos cursos e reforçadas nos questionários de avaliação, dá-nos a convicção de que os objetivos do curso foram alcançados. Principalmente quando esses sinalizam a possibilidade de agirem preventivamente no combate do fenômeno da violência em suas comunidades; que puderam fazer reflexão de sua vida pessoal relacionando ao tema, e que como profissionais reconhecem sua responsabilidade em promover denúncias quando necessário.

Podemos pontuar ainda, como considerações importantes, os fatos de muitos agentes terem solicitado aumento de carga horária e/ou continuidade de cursos sobre o tema, bem como de entender que todos os profissionais da rede básica deveriam ter acesso ao conteúdo. Ainda que o tema violência doméstica seja assunto pontual no treinamento de novos agentes comunitários de saúde.

Outro ponto inovador foi o fato de termos oportunizado o curso para realizar pesquisa em nível da experiência pessoal e profissional sobre o tema violência doméstica com os agentes. O engajamento dos treinados nas pesquisas foi bastante significativo, inclusive na experiência pessoal que era participação optativa.

Um ponto deficitário que prejudicou o andamento de alguns cursos foi a questão "recursos materiais", principalmente no que tange às estruturas físicas viabilizadas pelas comunidades para realização dos encontros, isso sinaliza a importância de local próprio e com recursos de audio-visuais disponíveis. A julgar pelas avaliações, o quesito lanche também não atendeu as expectativas dos participantes que se dizem "cansados de bolachas".

Para finalizar, consideramos importante a disposição dos agentes comunitários de saúde para novas capacitações, para qual sugerimos que sejam consideradas as sugestões de temas propostos por eles na questão 8.



## **“EU, PROFISSIONAL, TIVE CONTATO COM CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA.”**

ARAGÃO, Rosana Cristina Dias (1)

DIAS, Salete Laurici Marques (2)

RECH, Lilian Keli (3)

A violência doméstica contra crianças e adolescentes é um fenômeno antigo, democrático e cruel que aniquila os direitos e a saúde física e mental das vítimas à ela exposta. Nas últimas décadas, registra-se a nível nacional e internacional o acréscimo de denúncias aos órgãos de proteção e o incremento de ações de prevenção, contudo a literatura que aborda o tema considera o fenômeno de difícil visibilidade visto que há uma enorme parcela de situações não identificadas e não denunciadas, a chamada “cifra negra”. Considerando que os profissionais tem relevante papel na mudança dessa realidade, a Prefeitura Municipal de Florianópolis através de um Programa de Treinamento objetiva capacitar profissionais para a identificação e notificação da violência contra crianças e adolescentes, bem como formá-los enquanto multiplicadores na prevenção e combate do fenômeno. A capacitação prevê 20 horas/aula, sendo o conteúdo trabalhado através de exposição oral e recursos visuais. O público-alvo do programa são profissionais que direta e indiretamente atendem a crianças e adolescentes. Uma das etapas da capacitação constitui a aplicação de pesquisa acerca da experiência profissional em relação ao tema, e também se estes profissionais já efetuaram alguma denúncia aos órgãos de proteção, dados que se encontram em fase de levantamento e análise. Os resultados da pesquisa objetivam possibilitar novas ações preventivas.

Palavras Chave: **VIOLÊNCIA  
PREVENÇÃO  
PESQUISA**

## **"EU, PROFISSIONAL: MINHA EXPERIÊNCIA DE VIOLÊNCIA NA INFÂNCIA"**

DIAS, Salete Laurici Marques (1)

ELSEM, Ingrid (2)

RECH, Lilian Keli (3)

O mito da família enquanto espaço perfeito de proteção e instância inviolável contribui para que muitas crianças e adolescentes sejam vítimas silenciosas de diversas formas de violência em seus lares. Os danos gerados por uma infância vitimizada formam conseqüências que podem atuar tanto na infância como na vida adulta. Considerando que a violência doméstica é um fenômeno democrático que não privilegia classe social, religião ou etnia é possível que suas vítimas já adultas encontrem-se em diversas áreas de atuação profissional, quiçá experimentando sentimentos negativos e/ou representados através de reticências psicológicas. Ciente desta realidade a Prefeitura Municipal de Florianópolis através de Programa de Treinamento oportunizou-se de espaços de capacitação à profissionais que direta e indiretamente atendem crianças e adolescentes, os quais foram desenvolvidos pelo próprio programa no ano de 2001, para aplicar uma pesquisa voluntária sobre a experiência pessoal de violência doméstica na infância destes profissionais, pontuando sobre formas, quem eram os agressores, as conseqüências e as formas de superação. A pesquisa encontra-se em fase de sistematização dos dados, e os resultados estarão disponíveis a partir de março de 2002.

Palavras Chave: VIOLÊNCIA  
CONSEQUÊNCIAS  
PESQUISA



**Fotos relativas à palestra realizada na Creche Dona Cota,  
pela estagiária Rosana.**





FIG. 01



FIG. 02





FIG. 03



FIG. 05

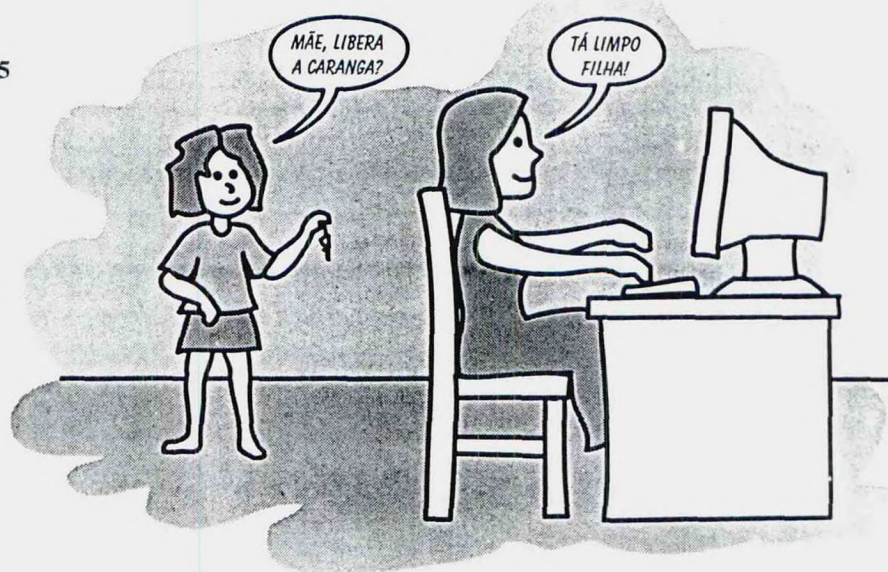


FIG. 06



FIG. 07

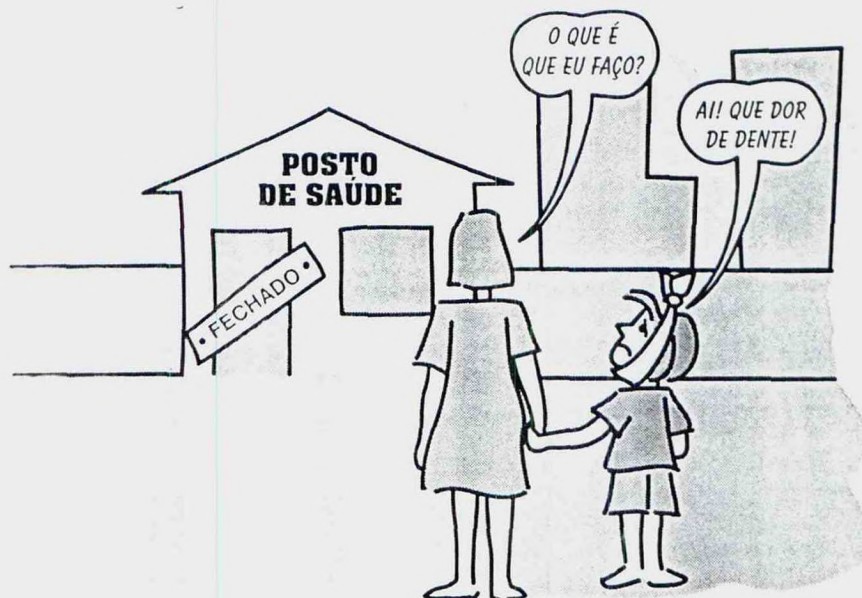




FIG. 11



FIG. 14

